****

**Clube Militar – Departamento Cultural**

**O PROTAGONISMO ASIÁTICO NO SÉCULO XXI**

Apresentamos a vocês, como texto complementar e subsídio esse trabalho do Coronel Benedito Serra. É longo porque basane completo. É objetivo porque responde às perguntas mais importantes sobre o assunto. Como todo asunto de Geografia, quando há dados envolvidos, há que se atualizá-los.

Aqueles que desejarem, leiam-no com atenção. Já ajudará bastante. Aqueles que já consolidaram esses assunto, usem-no apenas como subsídio, quando julgarem necessário.

 Vejam que demos atenção maior à Ásia Oriental – Japão, China, Sudeste Asiáico (“Tigres”) e também à Índia, devido são protagonismo que vêm assumindo, principalmente a China..

 Lembrem-se que a Ásia inclui a Ásia Ocidental – que tratamos como Oriente Médio – , a Ásia Central, e o norte da Ásia ocupado pela Rússia Siberiana. Sã áreas específicas e tratadas de forma própria.

1. **ÁSIA - MODELOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO**

**a. Objetivos**

Comparar as peculiaridades que distinguem as principais potências do continente asiático e analisar seus modelos de desenvolvimento.

**b. Japão**

1) Levando-se em conta seu produto interno bruto de 4,8 trilhões de dólares, o Japão é presentemente a terceira economia mundial (a maior é a economia dos Estados Unidos) e a terceira em relação à paridade do poder de compra o que ocorre, basicamente, em decorrência da cooperação entre o governo e a indústria, de uma profunda ética do trabalho, investimentos em alta tecnologia, redução de desperdício e reciclagem de materiais e de um orçamento relativamente baixo para a Defesa. Dentre as principais atividades industriais estão a engenharia automóvel, a eletrônica, a informática, a siderúrgica, a metalúrgica, a construção naval e a química, com destaque para as indústrias com tecnologia de ponta nestes setores.

 As principais atividades econômicas do Japão circulam entre as ilhas de Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu. O Japão é cortado por uma eficiente malha rodoviária e ferroviária que liga o país de norte a sul. Em 2004, havia 1.177.278 km de rodovias pavimentadas, 173 aeroportos e 23.577 km de ferrovias.para encurtar a distância entre as ilhas, a engenharia japonesa construiu dois túneis e uma ponte entre Honshu e Kyushu. Entre Honshu e Shikoku, duas grandes pontes também estão sendo construídas e um imenso túnel com 54 km de extensão, liga Honshu e Hokkaido.

 O transporte aéreo é em grande parte operado pela All Nippon Airways (ANA) e pela Japan Airlines (JAL). Já as ferrovias são operadas pela Japan Railways entre outras. Os aeroportos mais movimentados ficam nas regiões mais populosas do país, Kanto e Kinki. O Aeroporto Internacional de Narita, por exemplo, é o mais movimentado do país e o oitavo mais movimentado do mundo. Há muitos vôos internacionais para o Japão. Já o transporte portuário, apesar de fundamental para um país insular, encontra-se em baixa, desde um pico na década de 1980.

 O país é o oitavo no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial.

 É líder da pesquisa científica, tecnológica, maquinaria e médica. Algumas das mais importantes contribuições tecnológicas do Japão são encontrados nos campos da eletrônica, maquinaria, robótica industrial, óptica, química, semicondutores e metalúrgica. O Japão é líder no mundo dos robôs industriais, sendo que mais da metade dos robôs existentes no mundo, são usados nas suas industrias.

 As exportações japonesas incluem equipamento de transporte, veículos motorizados, produtos eletroeletrônicos, maquinário industrial e produtos químicos. Os principais compradores do Japão são a China, os Estados Unidos, a Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong (em 2005). Contudo, o Japão possui reduzidos recursos naturais para sustentar o crescimento econômico e por isso depende de outros países em relação a matérias-primas. Os países que mais vendem para o Japão são a China, os Estados Unidos, o Brasil, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, a Austrália, a Coréia do Sul e a Indonésia. As principais importações do país são máquinas e equipamentos, combustíveis fósseis, produtos alimentícios (carne em particular), químicos, têxteis e matéria-prima para suas indústrias. O principal parceiro comercial do Japão é a China. O maior banco do mundo está no Japão, o Mitsubishi UFJ Financial Group, com aproximadamente 1,7 trilhões de dólares em fundos assim como o maior sistema de caderneta de poupança postal do mundo e o maior titular de poupança mundial, o Serviço Postal Japonês, detentor de títulos privados da ordem de 3,300 bilhões de dólares. Também fica no país a segunda maior bolsa de valores do mundo, a Bolsa de Valores de Tóquio, com uma capitalização de mercado de mais de 549,7 trilhões de *vens* em Dezembro de 2006. Também é lar de algumas das maiores empresas de serviços financeiros, grupos empresariais e bancos. Por exemplo, vários *keiretsus* (grupos empresariais) e multinacionais como a Sony, a Sumitomo, a Mitsubishi e a Toyota têm bancos, grupos de investimentos e de serviços financeiros.

 **2) Formação da economia**

 Cerca de 80% do território japonês apresenta relevo montanhoso. As montanhas das ilhas Honshu, Shikoku e Kiushu exibem uma vasta vegetação tropical. A ilha de Hokkaido é coberta por taiga. Essas condições permitiram uma intensa utilização da madeira, inclusive para a construção de embarcações.

 Embora a maior parte do território japonês apresente relevo montanhosos, a cultura tradicional é a plantação de arroz (rizicultura). O fato de apenas 15% das terras japonesas serem apropriadas para o cultivo, o sistema de terraceamento é usado em pequenas áreas. Isto resulta em um dos mais elevados níveis de produtividade por unidade no mundo.

 Até metade do século XIX, a rizicultura foi a principal atividade econômica do Japão. Isso mostra o espírito trabalhador do povo japonês, que ao longo da história precisou conquistar um meio natural inóspito particularmente para as atividades agrícolas. Apenas 16% do território japonês é formado por planícies, onde a atividade agrícola é mais fácil.

 A rizicultura transformou a planície de Kanto na zona mais densamente povoada do país. Isso garantiu um mercado consumidor para a indústria que se estabeleceu na era Meiji.

 A ocorrência de quatro estações do ano nitidamente marcadas é responsável pelo fornecimento do calor e da umidade que a cultura do arroz exige. Além disso, o emprego de irrigação constante favorece o seu desenvolvimento.

 O pequeno setor agrário do Japão, contudo, é muito subsidiado e protegido. O Japão precisa importar cerca de 50% dos grãos consumidos a não ser pelo arroz.

 O Japão é o segundo maior produtor de pescado do mundo por tonelada depois da China e tem uma das maiores frotas de pesqueiros do mundo que responde por quase 15% da pesca mundial. A pesca é explorada simultaneamente por pequenas e grandes empresas.

 Pequenos portos para pesca são encontrados em toda a sua área costeira, principalmente no litoral do Oceano Pacífico, cujas águas possuem altos níveis de piscosidade.

 O Japão depende de países estrangeiros em 80% para o seu suprimento de petróleo e alimentos como a carne bovina.

**3) Industrialização**

As grandes empresas japonesas são organizadas de dois modos principais:

* As *Keiretsus* (ou redes verticais) são um conjunto de empresas que vivem em função de uma grande empresa especializada. As pequenas empresas são fornecedoras e prestadoras de serviços da empresa central. As maiores Keiretsus giram em torno da Toyota, Toshiba, Nissan, Hitachi e Matsushita.
* Redes horizontais ou *kigyo shudan* são baseadas na conexão entre grandes empresas. São consideradas herdeiras da *zaibatsu*. Atualmente as principais redes horizontais são: Mitsui, Mitshubishi, Sumitomo, Fuyo, Dao-Ichi Kangin e Sanwa.

As indústrias se concentram no litoral e a ilha de Honshu possui o maior parque industrial: Tóquio, Nagoya, Osaka formam uma imensa Megalópole.

O Japão é extremamente dependente de matérias-primas estrangeiras (mais de 90%).

Pequenas reservas de cobre, zinco, chumbo e carvão mineral, pequenas quedas d água, sua energia vêm das usinas nucleares.

 **4) Organização da economia**

O sistema japonês de gestão da economia apresenta características muito peculiares. Ainda que a participação direta do Estado nas atividades econômicas seja limitada, o controle oficial e sua influência sobre as empresas são maiores e mais intensos que na maioria dos países com economia de mercado. Esse controle não se exerce por meio de legislação ou ação administrativa, mas pela orientação constante ao setor privado e pela intervenção indireta nas atividades bancárias. Existem, também, várias agências e departamentos estatais relacionados com diversos aspectos da economia, como exportações, importações, investimentos e preços, assim como o desenvolvimento econômico. O objetivo dos organismos administrativos é interpretar todos os indicadores econômicos e responder imediatamente e com eficácia às mudanças conjunturais. A mais importante dessas instituições é a Agência de Planejamento Econômico, submetida ao controle direto do primeiro-ministro, que tem a importante missão de dirigir dia a dia o curso da economia nacional e o planejamento em longo prazo.

 De maneira geral, esse sistema funciona satisfatoriamente e sem crises nas relações entre governos e empresas, devido à excepcional autodisciplina dos empregados japoneses em relação às autoridades e ao profundo conhecimento do governo sobre as funções, necessidades e problemas dos negócios. O ministro da economia e o Banco do Japão exercem considerável influência nas decisões sobre investimentos de capital, devido à estreita interdependência entre as empresas, os bancos comerciais e o banco central. A “Ferrovias Nacionais Japonesas” é a única empresa estatal.

 O Japão faz parte do tratado internacional chamado APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation),* um bloco econômico que tem por objetivo transformar o Pacífico numa área de livre comércio e que engloba economias asiáticas, americanas e da Oceania.

**5) O Toyotismo**

1. **Definição**

O toyotismo é um modo de organização da produção capitalista que se desenvolveu a partir da globalização do capitalismo na década de 1980. Surgiu no Japão após a II Guerra Mundial, mas só a partir da crise capitalista da década de 1970 é que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (modelo japonês), adquirido uma projeção global.

1. **Origem e características**

O Japão foi o berço da automação flexível pois apresentava um cenário diferente do dos Estados Unidos e da Europa: um pequeno mercado consumidor, capital e matéria-prima escassos, e grande disponibilidade de mão-de-obra não especializada, impossibilitava a solução taylorista-fordista de produção em massa. A resposta foi o aumento na produtividade na fabricação de pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos, voltados para o mercado externo, de modo a gerar divisas tanto para a obtenção de matérias-primas e alimentos, quanto para importar os equipamentos e bens de capital necessários para a sua reconstrução pós-guerra e para o desenvolvimento da própria industrialização.

Nos anos 50, relata Wood Jr. (1992), o engenheiro japonês Eiji Toyoda passou alguns meses em Detroit conhecendo a indústria automobilística americana, sistema dirigido pela linha fordista de produção, onde o fluxo normal é produzir primeiro e vender depois quando já dispunham de grandes estoques. Toyoda ficou impressionado com as gigantescas fábricas, a quantidade de estoques, o tamanho dos espaços disponíveis nas fábricas e o alto número de funcionários. Para ele, naqueles moldes, seu país arrasado por um período pós-guerra, não teria condições de desenvolver uma forma semelhante de produção.

Relatou isso quando escreveu à sede de sua empresa dizendo que ia ser necessário uma nova forma de organização do trabalho, mais flexível e que exigisse menor concentração de estoques, pois sabia que o Japão possuía um mercado pequeno, capital e matéria-prima escassos, “[...] a compra de tecnologia no exterior era impossível e a possibilidade de expressão era remota”. (WOOD JR., 1992).

Para conseguir competir então, nos grandes mercados, a Toyota precisaria modificar e simplificar o sistema da empresa americana Ford. Na procura de soluções para esse encaminhamento, Toyoda e seu especialista produção Taichi Ohno, iniciaram um processo de desenvolvimento de mudanças na produção. Introduziram técnicas onde fosse possível alterar as máquinas rapidamente durante a produção, para ampliar a oferta e a variedade de produtos, pois para eles era onde se concentrava a maior fonte de lucro. Obtiveram excelentes resultados com essa idéia e ela passou a ser essência do modelo japonês de produção.

O espaço para armazenamento da produção era outro obstáculo para os japoneses, por isso, as mercadorias deveriam ter giro rápido, e a eliminação de estoques, ainda que parecesse impossível, estava nos projetos de Toyoda. A partir de então, regras criteriosas foram incorporadas gradativamente à produção, caracterizando o que passou chamar toyoismo, (ou Ohnismo, devido aos nomes Toyoda e Ohno). Partiram do princípio de que qualquer elemento que não agregasse valor ao produto deveria ser eliminado pois, era considerado desperdício e classificaram o desperdício em sete tipos principais: tempo que se perdia para consertos ou refugo, produção maior do que o necessário, ou antes, do tempo necessário, operações desnecessárias no processo de manufatura, transporte, estoque, movimento humano e espera.

A partir do princípio acima citado, planejou-se um modelo de produção composto por: automatização, *just-in-time,* trabalho em equipe, administração por estresse, flexibilização da mão-de-obra, gestão participativa, controle de qualidade e subconcentração.

A automatização é considerada o primeiro elemento desse modelo. Trata-se da utilização de máquinas capazes de parar automaticamente quando surgem problemas. Assim o trabalhador que até então era treinado para desenvolver seu trabalho em uma única máquina pode se responsabilizar por várias, o que diminuiria a quantidade de trabalhadores necessários numa linha de montagem.

Um dos elementos de maior destaque dentro do modelo toyotista é o chamado *just-in-time* (na hora certa). Foi inserido, pela primeira vez, na Toyota japonesa, em meados da década de 70 por Taichii Ohno. Surgiu da necessidade de criar uma alternativa aos poucos espaços para armazenar estoques, sejam eles matérias-primas, peças intermediárias ao processo produtivo ou mercadorias já produzidas, e da escassez de recursos para manter a produção parada. Consiste em detectar a demanda e a produção de bens em função da necessidade específica, ao contrário do fordismo. Assim, toda demanda tem que ser produzida após ter sido efetivada sua venda, mantendo um fluxo de produção contínuo. Para isso criam-se os sistemas visuais de informação, kanban deles é possível informar a quantidade de peças necessárias para o dia.

O trabalho em equipe é outra estratégia usada pela Toyota para racionalizar a utilização de mão-de-obra. A idéia consiste em agrupar os trabalhadores em equipes, com a orientação de um *Rida* (líder). Este trabalha junto com os demais operários, com a função de coordenar o grupo e substituir qualquer um que venha faltar. Enquanto no fordismo cada trabalhador é responsável por uma parte da produção e após realizá-la passa adiante para que outro trabalhador realize aparte que lhe cabe, no toyotismo vemos eliminado esse tempo entre um trabalhador e outro, considerado “tempo morto” e que não agrega valor à produção, adequando-se a cadeia de montagem. Na cadeia de montagem quem se movimenta é o produto em fase de produção, através de robôs ou de esteiras, assim são eliminados muitos segundos que seriam gastos.

 Implantação de sistemas de controle de qualidade total, onde através da promoção de palestras de grandes especialistas norte-americanos, difundiu-se um aprimoramento do modelo norte-americano, onde, ao se trabalhar com pequenos lotes e com matérias-primas muito caras, os japoneses de fato buscaram a qualidade total. Se, no sistema fordista de produção em massa, a qualidade era assegurada através de controles amostrais em apenas pontos do processo produtivo, no toyotismo, o controle de qualidade se desenvolve por meio de todos os trabalhadores em todos os pontos de processo produtivo.

Gounet (1998) reafirma as condições de estresse a que são submetidos os trabalhadores, no modelo toyotista de produção, quando cita um exemplo sobre o funcionamento dos trabalhos em grupos.

De acordo com as vendas é estabelecido um objetivo de produção para cada dúzia de trabalhadores, para os quais Ohno disponibiliza apenas 90% dos recursos que ele deveria normalmente oferecer e desafia os operários a atingirem a produção necessária. Estes, por sua vez, discutem entre si e descobrem maneiras de vencer o desafio. Porém, quando pensam ter vencido, Ohno retira novamente a percentagem de recursos, e assim sucessivamente. “Isso para mostrar que se trata de um sistema permanente. Na Toyota os trabalhadores chamam a isso de ‘sistema Oh! No!’ (do inglês Oh! Não!).

Desta maneira os trabalhadores estão sempre sob pressão. O trabalho representa uma completa servidão. O operário já não dispõe de tempo para lazer e para a vida familiar, pois o único tempo livre é utilizado para repouso e recuperação. Os acidentes de trabalho passam a ser constantes e verifica-se também um alto índice de suicídios.

Esse nível de estresse também decorre a necessidade dos trabalhadores estarem sempre preparados para produzir o que pede a demanda, uma vez que a produção é feita sob encomenda. Desta maneira devem adaptar-se para a nova produção no decorrer do dia. Também é necessário que o trabalhador esteja disponível para incorporar à sua rotina de trabalho árdua e desgastante, muitas horas de trabalho, caso seja for necessário para suprir a demanda. A flexibilização da mão-de-obra passa a ser outro requisito essencial para o trabalhador inserido no sistema toyotista. É preciso ser polivalente para assumir qualquer posto que se faça necessário. Baseado neste princípio de multifuncionalidade foi deflagrada nas últimas décadas a teoria das competências, onde o indivíduo precisa desenvolver uma serie de capacidades para se inserir ou se manter no mercado de trabalho.

Ainda com referência aos princípios subjacentes ao modelo japonês de produção temos a gestão participativa onde os trabalhadores são levados a se sentirem como participantes da empresa. Assumem um posto de liderança frente a um grupo (lideres coordenadores da linha de montagem, por exemplo) e, com a ilusão de se tornarem “gerentes”, passam a responder pela marcha da produção, ao mesmo tempo em que executam o processo de controle de qualidade. É uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades, contudo aos olhos do trabalhador numa análise superficial, é sinal de valorização dentro da fábrica. Esse nível de “avanço” dentro da fábrica estimula a competitividade e a emulação - eritocracia - o que resulta em grande produtividade, pois todo trabalhador almeja atingir o referido avanço. Isso acaba provocando o individualismo e solapando o trabalho organizado. Assim a estratégia da gestão participativa traz consigo a tentativa, bem sucedida, de eliminação da ação sindical.

Subcontratação Para as funções essenciais dentro da fábrica a Toyota seleciona os trabalhadores efetivos e as demais funções são deixadas para o pessoal subcontratado. Para estes reserva-se salário mais abaixo, carga horária maior, serviços desqualificados e nenhum vínculo empregatício ou sindical.

 No Japão, segundo Sasaki (1999) quem mais se utiliza desse tipo de mão-de-obra, são as pequenas empresas, que recebem encomenda das grandes empresas montadoras que não dispõe de mão-de-obra pois, os japoneses, sobretudo os mais jovens, formados, que ingressam no mercado de trabalho, as recusam por não haver, nestas fábricas, perspectivas de ascensão profissional e pelas condições precárias a que são submetidos os trabalhadores. Sendo assim, “não conseguindo atrair os empregados japoneses, as pequenas empresas começaram a contar com os trabalhadores estrangeiros. A falta de mão-de-obra no Japão fez com que as empresas comecem, nesse momento, a clamar por modificações na política imigratória e a procurar trabalhadores fora do Japão”. (Sasaki, 1999).

**6) Conclusão**

O modelo econômico japonês pode ser resumido da seguinte maneira:

* Cooperação entre o governo e a indústria.
* Profunda ética no trabalho.
* Investimentos em alta tecnologia.
* Redução do desperdício.
* Reciclagem de materiais.
* Orçamento relativamente baixo para a defesa.
* Excelente infra-estrutura.
* Pesquisas científica, tecnológica, maquinaria e médica, excelentes.
* Maiores títulos de poupança mundial.
* Economia voltada, também, para exportação de produtos industrializados.
* Grande produtividade no campo.

**c. China**

**1) O modelo econômico**

O modelo econômico chinês está apoiado nas chamadas ZEE (Zonas Econômicas Especiais) As Zonas Econômicas Especiais da China constituem o principal mecanismo de abertura da economia chinesa. Foram criadas na segunda metade da década de 70 junto ao litoral ocidental da China.

**2) Definição**

A Zona Econômica Especial é uma região geográfica de um país que apresenta uma legislação de direito econômico e direito tributário diferente do resto do país para atrair capital (investimentos) interno e estrangeiro e incentivar o desenvolvimento econômico da região.

**3) Base de formação e consolidação das ZEE:**

* Abertura de mercado ao capital estrangeiro, mas também com forte participação estatal.
* Proximidades das áreas portuárias e urbanas.
* Produção industrial diversificadas e voltada especialmente para as exportações.
* Apoiadas por um conjunto de infra-estrutura que permite entrada do capital financeiro.
* Mão-de-obra barata e abundante.

Entre 1980 e 1984 o governo da República Popular da China estabeleceu uma série de zonas econômicas especiais com leis próprias no que toca à iniciativa econômica de particulares que se afastaram da então rigidez do regime comunista no resto do território chinês. Foram estabelecidas em Shantou, Shenzhen e Zhuhai, todas na Província de Cantão e em Xiamen, na Província de Fujian bem como a inteira ilha que constitui a Província de Hainan.

Apenas como exemplo, citamos cinco das principais ZEE chinesas:

* Hainan
* Zhu Hai
* Senzhen
* Shantou
* Xiamen

**4) O modelo econômico da China**

“As políticas e medidas que estão promovendo a abertura econômica da República Popular da China podem ser resumidas em 10 aspectos essenciais:

* *O direito de autorização para projetos estrangeiros é concedido a projetos de investimento estrangeiro voltados para a produção, sob condição de que preencham os requisitos das políticas industriais da China*. Não existe qualquer compromisso, por parte do governo, de fornecer ajuda especial na instalação e na produção; as exportações não têm influência sobre a cota existente. Mas o direito não pode se estender a outra província. As medidas concretas devem ser determinadas pelo governo local.
* *O projeto da melhoria tecnológica das antigas empresas abrange especialmente as grandes médias empresas estatais.* A tarifa de importação e o imposto sobre a produção (ou IVA) não incidem sobre os equipamentos necessários para projetos tecnológicos que não possam ser produzidos, ou cujo suprimento não possa ser garantido no momento. Essa política vigorou até o fim de 1995 para as cidades abertas ao longo das fronteiras e para capitais de províncias no interior.
* *Incentivos para o desenvolvimento da exportação de produtos acessórios da linha agrícola*. Pode haver isenção de tarifa e de impostos sobre o produto (ou IVA) sobre equipamentos de processamento para o desenvolvimento da exportação de produtos agrícolas acessórios. Essa política vigorou até 1993 para as cidades costeiras abertas até 1995, para as capitais abertas fluviais e para as capitais das províncias do interior.
* *Incentivos ao investimento estrangeiro*. A alíquota do imposto de renda para empresas do setor de produção e de capital estrangeiro será de 24%; para os investimentos estrangeiros na área de tecnologia e projetos na área de ciência, ou para investimentos estrangeiros acima de U$ 30 milhões, projetos cujo retorno seja mais demorado, ou ainda projetos para os setores de energia, transportes, portos e cais, a alíquota do imposto será de, 15%, se autorizado pelo Bureau Estatal de Tributação (Receita Federal).
* *As taxas alfandegárias de importação podem ser dispensadas para equipamentos destinados a empresas chinesas ou estrangeiras em fase de investimento*. Pode também haver isenção de taxas alfandegárias de importação sobre matérias-primas, peças e componentes para empresas de investimento estrangeiro. Pode haver ainda isenção de taxas alfandegárias de exportação e do imposto sobre comércio e indústria consolidado para produtos de exportação. Os produtos para venda interna pagarão imposto de acordo com o regulamentos.
* *Para empresas estrangeiras, firmas e outras organizações econômicas não estabelecidas na China, mas que tenham rendimentos provenientes de dividendos, juros, aluguel, pagamento de royalties e outras rendas provenientes das cidades abertas, a alíquota do imposto de renda será de 10% (para outras cidades, esta alíquota é de 20%).*
* *As empresas comerciais qualificadas no nível municipal poderão ter licença para comercializar com o exterior, desde que assim autorizadas*.
* *Com base no documento Regulamento provisório para o desenvolvimento e operação de glebas de terra através do investimento estrangeiro, os estrangeiros têm permissão para investir na operação e no desenvolvimento de glebas.*
* *Simplificação do processo de autorização para que chineses possam ir ao exterior em atividade comercial*. As pessoas que trabalham em empresas de comércio exterior, o pessoal envolvido na atividade comercial de grandes e médias empresas e os empregados chineses engajados em atividades de vendas em empresas da capital estrangeiros podem ter seus procedimentos de autorização da saída do país simplificados, autorização esta que pode vigorar por muito tempo em um único registro.
* *Com o objetivo de criar um ambiente para investimentos, poderá ser criada, mediante autorização do Conselho de Estado, uma região de desenvolvimento técnico-econômico em cidades que possuam uma relativa concentração de investimentos estrangeiros.*

As 10 políticas relacionadas podem ser agrupadas em quatro categorias: uma delas é a expansão dos direitos das cidades abertas na cooperação econômica com o estrangeiro, como direitos de autorização para projetos de investimentos estrangeiros, autorização para o comércio exterior, autorização para que comerciantes possam viajar para o exterior; a segunda delas é o apoio ás cidades abertas para a importação de tecnologias avançadas, experiências de administração do exterior para a reestruturação de empresas mais antigas e desenvolvimento de uma agricultura mais moderna; a terceira categoria é o estímulo ao uso do capital estrangeiro e políticas preferenciais a serem implantadas para empresas da capital estrangeiro; e, finalmente, a quarta diz respeito a 1ª instalação de regiões técnico-econômicas para cidades qualificadas, quando autorizada pelo conselho de Estado.

**7) Opinião de George Gilboy sobre o modelo econômico Chinês**

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pela China nos últimos anos está próximo de se esgotar. Fortes investimentos estrangeiros transformaram o país asiático no mercado mais promissor do mundo, mas para alcançar o status de superpotência mundial falta aos chineses justamente o que sobrou nas histórias de sucesso da segunda metade do século XX, como o Japão e os Tigres Asiáticos.

Segundo o pesquisador, as empresas estatais chinesas vivem de ajuda governamental e compram pouca tecnologia nacional. As multinacionais têm um histórico de baixa transferência tecnológica. Quem podia investir mais em pesquisas e desenvolvimento são as companhias privadas, abrindo caminho para o crescimento futuro do país, mas não o fazem por causa de restrições típicas de um gigante que não combinou uma vitoriosa liberalização econômica com reformas políticas da mesma abrangência.

Empresas com alguma participação de capital estrangeiro são hoje responsáveis por 55% das exportações totais da China. Nos anos 70, esse índice era de 20% em Taiwan e de 25% na Coréia. Na Tailândia, passou de 18% nos anos 70, para 6% em meados dos anos 90.

Para Gilboy, um fator ainda mais importante é a dominação do mercado interno chinês por multinacionais estrangeiras. Entre 1998 e 2002, a participação em setores de alta tecnologia (produtos farmacêuticos, eletrônicos, computadores, equipamentos médicos e da indústria aeroespacial) subiu de 32% para 45% do mercado doméstico.

Para mudar esse cenário de crescente déficit tecnológico, a China precisa enfrentar agora um desafio bem mais difícil e abrangente do que a abertura econômica e comercial dos últimos 25 anos. Necessita reformas políticas que mudem a estrutura de poder e as relações com o setor privado.

**8) O modelo econômico chinês pode ser resumido da seguinte maneira:**

* Economia baseada na formação e consolidação das ZEE;
* Abertura do mercado ao capital estrangeiro, mas com forte participação estatal;
* Proximidade das áreas portuárias e urbanas;
* Produção industrial diversificada e voltada especialmente para as exportações;
* Conjunto de infra-estrutura que permite entrada de capital financeiro.
* Mão-de-obra barata e abundante;
* Economia de mercado;
* Isenção de impostos;
* Maiores salários do que os do restante do país.
* Apoio às cidades abertas.

**d.Índia**

A Índia é atualmente a décima maior economia do mundo, mas em termos de PIB medido em paridade de poder de compra já é a terceira, além de ser o segundo país que mais cresce no mundo depois da China.

Considerando o pai da alfabetização indiana, Nehru adotou uma estratégia de educação passando a ser livre e gratuita para todas as crianças até 14 anos. A prioridade era o estudo da matemática e das ciências exatas. Graças ao forte investimento na educação na década de 1950, a Índia passou a ter um elevado número de universitários. Quando as empresas americanas descobriram que podiam aproveitar os talentos indianos sem que estes saíssem do país, começaram a se aproximar da Índia. Menores custos, profissionais qualificados que falam inglês e a rapidez da prestação do serviço devido às diferenças horárias, fazem da Índia um local apetecível para o outsourcing. O país tornou-se rapidamente num centro de exportações de serviços em larga escala: numa primeira fase com os call centers, depois com o desenvolvimento de software, e mais recentemente com os trabalhos de análise financeira, consultoria fiscal e legal, serviços administrativos das companhias de seguros, análises médicas, biogenética e indústria farmacêutica (Rampini, 2007). Depois da afirmação da indústria associada ao *Business Process Outsourcing* (BPO), ultimamente tem surgido uma indústria ligada à produção de conhecimento, designada por Knowledge *Process Outsourcing* (KPO).

O enorme investimento indiano em educação potencia as competências matemáticas, permitindo o desenvolvimento da indústria da computação e das tecnologias da informação. O país tem a mais jovem população entre os grandes países em desenvolvimento e, de acordo com um relatório da Goldman Sachs, a idade média dos indianos em 2020 será 29 anos, contra 37 anos da China e os 45 anos da Europa Ocidental. Esta estrutura etária favorável, aliada à revolução do conhecimento, influencia a classe média indiana, que se estima que seja já de 300 milhões (Sheshabalaya, 2006).

A Índia tem também, além da maior população mundial de cientistas e engenheiros altamente qualificados, mão-de-obra barata e diferenciada em quantidade, sendo altamente competitiva, não só nos segmentos de maior valor agregado como nos de incorporação de mão-de-obra barata. De modo a aproveitar este potencial, a partir dos anos 2000 começaram a ser implantadas ZEE e ZPE por todo o país, semelhantes às criadas pela China nos anos 1980. Apesar das vantagens que estas zonas oferecem ao investimento, é de referir que as práticas de negócio na Índia são fortemente condicionadas pelo sistema de castas hindu, pela violação dos direitos de autor e da propriedade intelectual, pela burocracia endêmica e pelo crônico subdesenvolvimento infra-estrutural. A corrupção titânica é outro dos grandes problemas.

Ao contrário da China, o modelo indiano de desenvolvimento não está tão dependente do investimento estrangeiro, o qual representa apenas cerca de 2% do PIB, mas antes do capital privado interno. Com uma cultura empresarial bastante enraizada, a Índia soube criar um forte tecido empresarial, em que muitas empresas estão envolvidas na onda de aquisições globais. Desde 1991, enquanto a economia cresce, a Índia reduz controle burocrático, o aumento da oferta de crédito e, face a uma nova auto-estima dos empresários, ganhar uma capacidade competitiva desenfreada que já experimentou em séculos anteriores. De acordo com as palavras do professor Viassa Monteiro (2008), a explosão de crescimento indiano, num regresso ao domínio do conhecimento, da ciência e da tecnologia, ‹‹é apenas o retomar de uma longa trajetória de milênios de grandes sucessos››.

Apesar do espantoso crescimento econômico, a Índia tem sido condicionado pelas debilidades nas infra-estruturas, nos transportes e na energia. Tem ainda de resolver problemas crônicos, da pobreza extrema, do desemprego, do sub-emprego, da economia paralela, das disparidades econômicas, sociais e da explosão demográfica (Choudhary, 2004). Em paralelo com uma ‹‹ Índia econômica››, vibrante, existe uma ‹‹Índia social››, extremamente desigual, acentuada pelo sistema de castas. Os dalit, por exemplo, estão na base da pirâmide da estrutura da sociedade, são os mais pobres e os que mais sofrem. Estima-se que cerca de 350 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, muito por causa da baixa produtividade da agricultura. Esta emprega cerca de 60% da população ativa (Rampini, 2007), mas contribui com apenas 22% do PIB. Apesar da Revolução Verde ter aumentado a produtividade em algumas regiões do país, a grande maioria das explorações satisfazem apenas as necessidades básicas de subsistência e estão à mercê da evolução das monções. As disparidades entre o arcaico mundo rural e as bolsas urbanas e cosmopolitas são gritantes, havendo grandes dificuldades em equilibrar esta disparidade. Além disso, é uma masala de grupos étnicos com diferentes línguas e religiões que por vezes revelam animosidades e desconfianças mútuas. No entanto, fruto de uma grande flexibilidade que pauta a civilização indiana, estes têm aprendido a coexistir em relativa harmonia, denotando pluralismo, tolerância e abertura (Rampini, 2007). Não é, portanto, de espantar que um país maioritariamente hindu, tenha um presidente da República muçulmano, um primeiro-ministro da minoria *sikh* e uma líder do partido do governo, católica e estrangeira, além de ter sido o primeiro país a ter uma mulher como primeiro-ministro.

**2) O que são ZPEs?**

ZPEs são distritos industriais incentivados, onde as empresas neles localizadas operam com isenção de impostos e liberdade cambial (não são obrigadas a converter as divisas obtidas nas exportações), com a condição de destinarem a maior parte de sua produção ao mercado externo.

**a) Quais são os objetivos das ZEPs?**

As ZEPs (ou mecanismos similares) são o instrumento mais utilizado no mundo para promover, simultaneamente, os seguintes objetivos: atrair investimentos estrangeiros voltados para as exportações; colocar as empresas nacionais em igualdade de condições com seus concorrentes localizados em outros países, que dispõem de mecanismos semelhantes; criar empregos; aumentar o valor agregado das exportações e fortalecer o balanço de pagamentos; difundir novas tecnologias e práticas mais modernas de gestão; e corrigir desequilíbrios regionais. A experiência internacional comprova que as ZPEs efetivamente promovem esses objetivos.

**b) Quais são os incentivos oferecidos pelas ZPEs?**

Abaixo os principais incentivos oferecidos pelas ZPEs:

* Isenção de impostos e contribuições federais (Imposto de Importação, IPI, adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante, Finsocial e IOF);
* Às compras no mercado interno será atribuído o mesmo tratamento fiscal, cambial, creditício e administrativo aplicável às exportações em geral para o exterior, ou seja, gozarão das mesmas isenções de uma exportação normal (relativamente aos impostos federais);
* O Imposto de Renda sobre lucros será aquele vigente na data da aprovação do projeto na ZPE, “ressalvado tratamento legal mais favorável instituído posteriormente”, assegurando, sob este aspectos, a “manutenção das regras do jogo”;
* As empresas gozarão também de liberdade cambial (não precisam fechar câmbio) e de procedimentos administrativos resumidos acima estão procedimentos que serão assegurados pelo prazo de até 20 anos, que poderá ser “estendido, sucessivamente, por períodos iguais ao originalmente concedido.

**9) O Modelo econômico da Índia pode ser resumido da seguinte forma:**

* Prioridade na educação. Atualmente a maior população mundial de cientistas e engenheiros;
* Centro de exportações de serviços;
* Call centers;
* Desenvolvimento de software;
* Análise financeira;
* Consultorias fiscais e legais;
* Indústria de computação;
* Tecnologias de informação;
* Estrutura etária favorável.

**e. Os Tigres Asiáticos**

1. **São quatro os Tigres Asiáticos:**
* Coréia do Sul;
* Cingapura;
* Taiwan;
* Hong Kong.

A expressão tigres asiáticos refere-se às economias desenvolvidas de Hong Kong, Coréia do Sul, Cingapura e Taiwan.

Esses territórios e países apresentam grandes taxas de crescimento e rápida industrialização entre as décadas de 1960 e 1990.

A partir da década de 1980, alguns territórios do Pacífico ocidental começaram a apresentar altos índices de crescimento econômico e interferência no mercado mundial sendo por isso designados *tigres asiáticos.*

Os termos lembram agressividade e é exatamente essa a característica fundamental das quatro economias (Hong Kong e Taiwan não são considerados Estados Nacionais) que formam esse grupo. Eles utilizaram estratégia arrojada de atração de capital estrangeiro apoiada na mão-de-obra barata e disciplinada, na isenção de impostos e nos baixos custos de instalação de empresas.

A imensa e ininterrupta expansão da economia japonesa foi decisiva para criar um dinâmico mercado em toda área circundante do Pacífico. O Japão atuou não só como estímulo, mas também como exemplo. O crescimento mais marcante foi o apresentado pela Coréia do Sul, um dos mais pobres países em desenvolvimento na década de 1960, que se transformou numa semi-industrializada nação de renda média. O progresso de Taiwan seguiu o mesmo rumo. O país asiático que iniciou esse ciclo rápido de crescimento foi o Japão, com uma bem sucedida reforma agrária, seguida de um aumento rápido da renda dos fazendeiros, que criou um mercado local para novas fábricas.

No final da década de 1990, as exportações chegavam a 202% do PNB (produto nacional bruto) em Cingapura e a 132% em Hong Kong. O índice de crescimento era alto nos tigres, e, a despeito da crise asiática, a população tinha um alto nível de alfabetização e a economia girava em torno da construção naval, produtos têxteis, petroquímicos e equipamentos elétricos.

O crescimento mais notável ocorreu principalmente na economia de entrepostos. Hong Kong, graças à economia de mercado puro e, apesar da sobrecarregada pelas desvantagens do colonialismo (anteriormente existente ainda como colônia britânica), elevou sua renda *per capita* para cerca de seis vezes mais que a da China continental.

Os *Tigres* compartilham muitas características com outras economias asiáticas, como Japão e China. Iniciaram o que passou a ser visto como uma particular aproximação asiática do desenvolvimento econômico. Alguns desses países estavam na década de 1960 com indicadores sociais semelhantes a de países africanos altamente estagnados; as principais transformações basearam-se em acesso à educação e criação de infra-estrutura de transportes (fundamental para a exportação competitiva).

Com o tempo, o termo *Tigre* tornou-se sinônimo de nação que alcançou o crescimento com um modelo econômico voltado para a exportação. Recentemente, nações do Sudeste asiático, como Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia também passaram a ser consideradas *Tigres* formando assim os *Tigres Asiáticos de Segunda Geração* ou os *Novíssimos Tigres Asiáticos.*

1. **Economia dos Tigres**

Os Tigres asiáticos alcançaram o desenvolvimento com um modelo econômico exportador; esses territórios e nações produzem todo tipo de produto para exportá-los a países industrializados. O consumo doméstico é desestimulado por altas tarifas governamentais.

Eles encaram a educação como um meio de aumentar a produtividade. Os países melhoram o sistema educacional em todos os níveis, assegurando que toda criança freqüente o ensino fundamental e o ensino médio. Também investiu-se na melhoria do sistema universitário. Além disso, destaca-se a prática de incentivos fiscais a multinacionais.

Como os “Tigres” eram relativamente pobres durante a década de 1960, tinham abundância de mão-de-obra barata. Juntamente com a reforma educacional eles conseguiram aproveitar essa vantagem, criando uma força de trabalho de baixo custo, mas muito produtiva.

Eles promoveram a igualdade na forma de reforma agrária, para promover o direito de propriedade e para assegurar que os trabalhadores rurais não se prejudicassem. Também foram implantadas políticas de subsídios à agricultura.

1. **Fatores de desenvolvimento**

Além de um sério planejamento econômico, outros fatores favoreceram o desenvolvimento destes países. Alguns fatores muito importantes:

* Investimento de capital estrangeiro, principalmente norte-americano e japonês, que via nesses países uma localização estratégica para fortalecer o capitalismo contra o socialismo, na época da Guerra Fria;
* Exploração da força de trabalho, relativamente barata, que compensava a falta de matérias-primas – as férias são muito reduzidas, a jornada de trabalho elevada e a previdência social restrita;
* Distribuição mais equilibrada de renda em relação a outros países capitalistas;
* Estados altamente centralizados e ditatoriais;
* Economias voltadas fundamentalmente para o mercado externo;
* Ética confucionista – estabelece um modelo socioeconômico que enfatiza o equilíbrio social, a consciência de grupo, a hierarquia, a disciplina e o nacionalismo. As grandes empresas são vistas como grandes famílias, viabilizando, muitas vezes, a ordem e a maior produtividade.
1. **Crítica ao modelo exportador**

Uma das principais criticas ao sistema econômico dos Tigres Asiáticos é o foco exclusivo na exportação, deixando de lado a importação. Com isso, essas economias tornam-se extremamente dependentes da saúde econômica de suas nações compradoras, ou seja, uma grande crise econômica que afete a saúde financeira dos países que importam seus produtos iria afetar drasticamente a economia dos Tigres.

**f. Novos tigres (Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas)**

Em conseqüência do grande desenvolvimento econômico dos Tigres Asiáticos, houve uma expansão para os países vizinhos do sudeste, o que proporcionou um processo de industrialização na Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas. Esses países ficaram conhecidos como os novos Tigres Asiáticos.

 Plataforma de exportação foi o modelo econômico usado pela primeira vez, e com sucesso, por quatro antigos países agrícolas da Ásia (Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong) que se tornaram altamente industrializados e que são hoje grandes exportadores de produtos manufaturados e de alta tecnologia.

 A plataforma de exportação consiste no incentivo governamental para a modernização dos produtos internos. É uma questão de sobrevivência: os governos isentam os impostos alfandegários e internos, o que provoca uma imigração de empresas multinacionais para o país. Assim, as empresas nacionais são “obrigadas” a se modernizar para poder concorrer com as multinacionais, expandindo assim, a economia e tecnologia nacional. Além disso, o governo oferece empréstimos a juros baixos para as empresas que estiverem dispostas e se comprometer com o desenvolvimento, crescimento e ajuda à economia nacional.

 Apesar de ser um método muito arriscado, mostrou bons resultados nos Tigres Asiáticos, que hoje representam fortes potências no panorama econômico mundial.

 Além dos investimentos dos quatro Tigres originais, os novos Tigres realizaram acordos comerciais com empresas dos Estados Unidos, Japão e países europeus. Diversas pequenas indústrias surgiram, principalmente têxteis, de calçado, de brinquedos e produtos eletrônicos. Com a mão de obra menos qualificada, porém muito mais barata, esses países entraram definitivamente no cenário econômico global, produzindo mercadorias sob encomenda, criadas e planejadas em outros países do mundo, configurando o processo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

 Um adendo: um acontecimento curioso que vem sendo observado nos últimos anos é a quantidade de orientais que passam os finais de semana nas bibliotecas de universidades americanas e européias. No início da década de 80 os governos dos Tigres Asiáticos financiaram milhões de bolsas de estudo no exterior para seus jovens, com a obrigação de voltar ao país de origem no final do curso.

1. **Modelo econômico dos Tigres Asiáticos pode ser resumido da seguinte maneira:**
* Estratégia arrojada de atração de capital estrangeira;
* Mão-de-obra barata e simplificada;
* Isenção de impostos;
* Baixos custos de instalação de empresas;
* Alto nível de alfabetização;
* Economia de mercado;
* Modelo econômico exportador;
* Reforma agrária;
* Distribuição mais equilibrada de renda.

**g. Israel**

1. A economia israelense é uma história de sucesso. Embora possua muito poucas reservas naturais, e apesar das guerras e das ondas de imigração que sobrecarregaram o país, Israel situa-se entre os países mais prósperos do mundo. Duas das razões para o enorme sucesso econômico de Israel são a ajuda externa totalizando algo em torno 100 bilhões de dólares até agora e mão de obra qualificada.

 Desde a sua fundação, as exportações cresceram de em torno de 30 milhões de dólares ao ano para mais de 30 bilhões de dólares ao ano. Ao longo desse período, muitas mudanças ocorreram na economia israelense.

 No início, as exportações mais importantes do Estado eram as frutas cítricas, assim como diamantes processados e alguns produtos industrializados. Por outro lado, nos dias de hoje, a maioria das exportações consiste em produtos de alta tecnologia de diversas áreas como: eletrônicos, softwares, hardwares, óticos, comunicações e instrumentação médica.

 A ideologia econômica de Israel também mudou ao longo do tempo. No inicio, a economia era proeminentemente centralista, caracterizada por muito envolvimento estatal. Após a mudança desta política em 1977, a ideologia econômica mudou e desde a década de 1980, os governantes de Israel adotaram uma política de economia liberal.

 O PIB (Produto Interno Bruto) de Israel é algo em torno de 217 bilhões de dólares (2010), enquanto a renda per capita é algo em torno de 27,340 dólares (2010). Suas exportações somam em torno de 50 bilhões de dólares ao ano, enquanto suas importações somam algo em torno de 48 bilhões de dólares ao ano. Sua taxa de crescimento anual gira em torno de 5%, a taxa de inflação é de mais ou menos 3% e a taxa de desemprego é de 8,9%. O setor predominante da economia israelense é a alta tecnologia, que se tornou a força motriz por trás do crescimento da economia na década de 1990. Outros setores em destaque na economia israelense são: farmacêutico, químico, turismo, indústria militar, indústria metal-mecânica e polimento de diamantes.

1. **O modelo econômico de Israel pode ser resumido da seguinte maneira:**
* Ajuda externa;
* Mão-de-obra qualificada;
* Exportação de produtos de alta tecnologia e eletrônicos, software, hardwares, óticos, comunicações e instrumentação médica;
* Economia liberal;
1. **A CHINA E A ÍNDIA COMO POTÊNCIAS EMERGENTES E SUA CRESCENTE PARTICIPAÇÃO NA NOVA ECONOMIA GLOBALIZADA.**
2. **Objetivos**

**-** Analisar o papel da China e da Índia frente ao mundo ocidental e oriental, valorizando seus aspectos demográfico, científico, militar, e economico, com destaque para estes, visando, principalmente, a crescente participação na economia globalizada.

1. **A China e a Índia como potências emergentes e sua crescente participação na nova economia globalizada.**

**Objetivo**

- Analisar o papel da China e da Índia frente ao mundo ocidental e oriental, valorizando seus aspectos demográfico, científico, militar, e econômico, com destaque para este, visando, principalmente, a crescente participação na economia globalizada.

1. **China**

**Área:** 9.500.000 km²

1. **População**

A China é o país de maior população de todo o planeta com 1 bilhão e 350 milhões de habitantes (2011).

Sua qualidade de vida pelo método do PIB per capita, se compara a pobres países africanos. Enquanto que as grandes metrópoles chinesas não perdem em nada para cidades como Tóquio e Nova Iorque, a população rural – e a maioria absoluta da população concentra-se no campo e vive em condições de miséria total, em situações idênticas há centenas de anos.

A população dos grandes centros (onde a população das cidades chega às cifras dos milhões) vivem razoavelmente bem. O mesmo não se verifica nas áreas rurais.

Com uma população de mais de 1,3 bilhão de pessoas, a China mantém uma política rígida de planejamento familiar, centrada no conceito de “uma criança por família”. O objetivo do governo é estabilizar o crescimento populacional neste século.

1. **Maiores cidades**

Xangai

Pequim

Chongping

Shenzhen

Guangzou

Tiajin

Huhan

1. **Composição**

Chineses han -92%

Grupos étnicos minoritários - 7,5%

**4) Idiomas**

 Mandarin (oficial)

1. **Religião (dados aproximados)**

|  |  |
| --- | --- |
| Sem religião | 32,3% |
| Crenças populares chinesas | 32,2% |
| Budismo | 13,6% |
| Ateísmo | 7,4% |
| Cristianismo | 8,6% |
| Crenças tradicionais | 4,3% |
| Outros | 3% |

1. **Potencialidades demográfica**

Segundo uma observação simplista um país que concentra a maior população do mundo com 1.350.000.000 habitantes pode ser considerado como um possuidor de um elevado potencial demográfico.

Dependendo do poder aquisitivo pode ser um gigantesco e virtual mercado consumidor intocado; uma possível grande densidade demográfica pode vir a exercer uma pressão humana sobre seus vizinhos; uma elevada classe média pode vivificar o turismo em várias partes do mundo; o fato de ter na composição de sua população 92% de chineses han, facilita a unidade nacional; um povo que agilize o seu vasto território de 9.500.000 km² facilita a sua ascensão à superpotência mundial; as necessidades da população determinam o invejável crescimento econômico (maior crescimento industrial do planeta); um povo disciplinado e muito trabalhador evidencia uma mão-de-obra barata que, como afirma Luis Giffoni em seu livro China – o Despertar do Dragão:

*“No estado da Carolina do Sul, extingui-se um terço dos postos de trabalho na área de computadores, eletrônica, têxtil e maquinaria pesada. Na vizinha Carolina do Norte evaporou-se um em cada cinco empregos. A China tornou-se o maior pesadelo para o operário estadunidense, tanto que um terço deles acredita que perderá seu emprego no futuro próximo, em resultado da concorrência acirrada ou da transferência de fábricas para as ZEE. No Brasil, se bem que em menor escala, a invasão já deixou mortos e feridos. Em países menos desenvolvidos como Bangladesh, apenas mortos...”.*

Ou mais adiante, ainda nesse mesmo livro:

*“ ... um quarto da população do planeta, gente dedicada, trabalhadora, acostumada a sacrifícios, ávida para vender e comprar. Quer um lugar ao sol. Infelizmente não há mais uma América a ser descoberta e ocupada. Eles chegaram aqui primeiro, foram-se em seguida, mas agora querem fincar o pé de vez. Não apenas aqui, diga-se de passagem. Para viabilizar o enriquecimento de mais de um bilhão e trezentos milhões de cidadãos, o objetivo é o mundo”.*

Nessa análise das potencialidades demográficas não podemos nos esquecer que a China é um país de contrastes.

Se tem um litoral rico, tem um interior pobre; se a densidade demográfica na China marítima é de mais de 700 habitantes por km² a da China periférica é de 10 habitantes por km²; se tem um estilo político nas ZEE (capitalismo) o interior ainda é submetido ao Partido Comunista Chinês; se tem um vasto território com imensas possibilidades minerais, no trabalho de exploração e consumo do carvão e do petróleo promove uma das maiores catástrofes ambientais; se possui um povo com uma etnia absolutamente majoritária, nas suas fronteiras com outros países asiáticos o restante da população, uma minoria bem acentuada, traz problemas territoriais sérios; se tem uma população com 1.300.000.000 habitantes, os demais países da ONU ponderam-lhe o respeito aos direitos humanos.

1. **Governo**

Regime de partido único (PCCH)

1. **Divisão regional da China, As três Chinas: China Marítima, China Periférica e China Interior**
2. **China Marítima**
3. **Características**
* Extremo leste da China, porção litorânea do país.
* Cidades densamente povoadas e os maiores percentuais de população urbana do país.
* São as regiões mais desenvolvidas economicamente e onde estão localizadas as ZEE´s.
* As cidades da “China marítima” recebem vultuosos investimentos de países vizinhos como Japão e Coréia do Sul em função da proximidade e da boa infra-estrutura portuária.
* A região possui indicadores sociais superiores ao restante do país.
1. **China Marítima Litorânea**

**(a)** Para melhor compreensão, a China marítima comporta, para um estudo mais detalhado, a China marítima litorânea e a China marítima agrícola.

O desenvolvimento rápido da China marítima deriva diretamente da política de reformas e da abertura encetada em 1979; a parte mais “aberta” da China continental reúne, de fato, as dez províncias costeiras dentre as trinta com que conta o país. Esta zona negocia três quartos do comércio internacional. Apesar das desigualdades internas, que fazem das cidades costeiras, portos e “zonas econômicas especiais” os lugares mais produtivos, o conjunto da costa funciona como o verdadeiro centro dinâmico do país.

Os destaques na China Marítima Litorânea são as zonas Econômicas Especiais.

1. **Principais cidades na China Marítima Litorânea/Centro Industriais**
* Xangai
* Pequim
* Teianji
* Shenyang
* Catão
* Nanquin
* Tientsin
1. **China Marítima Agrícola**
2. A China Marítima que denominamos de agrícola, visando melhor compreensão é uma área densamente povoada, onde dominam atividades agrícolas despontando, igualmente, centros industriais de destaque e campos de petróleo e carvão.
3. **Principais cidades na China Marítima Agrícola/Centros Industriais**
* Chongping
* Chendgu
* Wuhan
* Changsha
* Sian
* Zhengzhou
* Tayan (não confundir com a ilha de Taiwan)

**b) China Interior**

**Características**

* Localizada ao longo dos vales dos principais rios chineses.
* Concentra a maior parte da população chinesa.
* A maior parcela da população é rural e depende da agricultura para sobreviver.
* A população vive em condições de pobreza e os indicadores sociais são típicos de países subdesenvolvidos.
1. **China Periférica**

**Características**

* Região da China que faz fronteira com a Índia, Nepal, Butão, Mongólia, Rússia e Paquistão.
* Povoada também por não chineses.
* Pequena densidade demográfica.
* Regiões pouco desenvolvidas.
* Ocupada por populações pobres.
* Regiões onde a unidade nacional é contestada, principalmente pelas populações muçulmanas do Xinjiang e budista do Tibete.

**9) Economia**

1. **A China se torna a segunda maior economia do mundo.**

A economia chinesa supera a crise mundial e cresce de forma robusta em 2010. O Produto Interno Bruto (PIB) chinês termina o ano com crescimento de 10,3%, totalizando 5,87 trilhões de dólares. Com o resultado, a China ultrapassa o Japão – que fecha o ano com 5,45 trilhões de dólares – e torna-se a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

A ascensão da China ocorre num período relativamente curto, graças principalmente ao setor industrial. Em pouco mais de um quarto de século, o planeta testemunha a transformação de um país pobre e agrário numa potência econômica. A China é hoje, ao lado dos EUA, o motor da economia global. Desde 1978, quando o presidente Deng Xiaoping inicia a “era das reformas”, a economia chinesa cresce ininterruptamente a uma média de quase 10% ao ano, número muito acima da média mundial.

1. **Economia Chinesa no Contexto Mundial**

- Grande mercado consumidor. A população chinesa já partilha do grande desenvolvimento econômico da China.

- China atrai investimentos estrangeiros para as cidades exportadoras do litoral, oferecendo mão-de-obra barata. ZEE e demais áreas liberadas (vantagens fiscais, livre gestão e facilidade de remessa de lucros).

- Invasão de produtos chineses no mundo. Possível rivalidade com a economia de países desenvolvidos e Blocos econômicos.

- Embora tenha uma agricultura pujante, a China necessita importar produtos para atender a sua população.

- No futuro a China poderá ser exportadora de capitais.

- Possibilidade da hegemonia chinesa quando da participação de Blocos Econômicos.

- A participação da economia chinesa em Blocos Econômicos pode criar rivalidade com outros países e/ou outros Blocos Econômicos.

- Aumento da competitividade em termos mundiais, favorecendo o consumidor em todos os países.

- Possibilidade de importar da China produtos industrializados em quantidade e qualidade cada vez maior.

- Maior participação do turista chinês no turismo mundial.

1. **Rivalidade Econômica**

- Produtos chineses em grande quantidade, de qualidade cada vez melhor, diversificados e preços baixos e muito competitivos em razão da mão-de-obra barata. Necessidade das economias mundiais de países ou Blocos Econômicos se ajustarem a esta nova realidade.

- Possibilidade do estabelecimento de um novo Mercado Comum Asiático, unindo o Japão, as Coréias e a China.

* Japão – tecnologia e economia
* Coréia do Sul – destaque em economia e experiência no desenvolvimento econômico
* China – pujança na economia e uma população que ultrapassa a casa de 1 bilhão

- Desemprego mundial – as grandes indústrias se transferem para a China, aproveitando as facilidades oferecidas pelas ZEE e causando desemprego no país de origem.

- Possibilidade da hegemonia da economia chinesa quando da participação de Blocos Econômicos.

- A participação da economia chinesa em Blocos Econômicos pode criar rivalidade com países e outros Blocos Econômicos.

1. **China – Potência Emergente – Superpotência**

- Com uma população de cerca de 1,3 bilhão de habitantes, uma notável taxa de crescimento econômico de 10% ao ano, iniciada em 1970 com a liberalização de sua economia, a possibilidade de quadruplicar seu PIB em 2020, a China é, hoje, a principal potência emergente do globo e o único país em condições de aspirar ao status de superpotências desfrutado pelos EUA.

- Desenvolvimento nos últimos 50 anos

* PIB 1960 – US$ 61.378.000.000
* PIB 1970 – US$ 91.506.000.000
* PIB 1980 – US$ 201.687.000.000
* PIB 1990 – US$ 354.644. 000.000
* PIB 1995 – US$ 700.219.000.000
* PIB 2000 – US$ 1.079.948.000.000
* PIB 2001 – US$ 1.159.031.000.000
* PIB 2010 – US$ 5.900.000.000.000

- Maior crescimento industrial do planeta. Destaque para o crescimento das indústrias:

* Siderúrgica
* Petroquímica
* Máquinas
* Fertilizantes

**- Expressivo mercado interno**

1. **Grandes recursos minerais**

os recursos minerais da China são abundantes e variadas e o volume verificado ocupa 12% da totalidade global, o que coloca o país no terceiro lugar no mundo. Atualmente, a China tem localizado 171 minérios, 151 dos quais com volume verificado (10 minérios energéticos, 5 metais ferrosos, 37 metais não ferrosos, 8 metais preciosos e 91 minérios não metais). Em relação ao volume de reserva de 45 dos principais minérios, o país fica em terceiro lugar, de maneira que a China é um dos países com ricas reservas de minerais. As reservas de tungstênio, titânio, vanádio, zinco, metais não ferrosos, magnetita, ferro sulfuroso, fluoreto, espato pesado gesso e grafite ficam em primeiro lugar no mundo, enquanto as jazidas de estanho, mercúrio, asbesto, talco, carvão e molibdênio encontram-se em segundo ou terceiro lugares, respectivamente. As reservas de níquel, chumbo, ferro, manganês e platina ocupam o quarto lugar do globo.

Os principais minérios incluem:

Carvão: a reserva de carvão da China fica no primeiro lugar do mundo. O volume de reservas descobertas atinge mil bilhões de toneladas. O carvão distribui-se principalmente no norte e noroestes do país, especialmente nas províncias do Shaanxi e a Região Autônoma da Mongólia interior.

Petróleo e gás: distribuem-se principalmente no noroeste, norte e nordeste também na plataforma continental do sudeste. Até o fim de 1998, a China já descobriu 509 campos petrolíferos e 163 campos de gás natural, cujos volumes de reservas são respectivamente 19,9 bilhões de toneladas e 19,5 mil bilhões de metros cúbicos.

1. **Metais:**

Metais ferrosos: as reservas localizadas incluem ferro, manganês, vanádio titânio, etc. Entre eles, a reserva de ferro chega a 50 bilhões de toneladas distribuindo-se principalmente nas províncias de Liaoning, Hebei, SiChuan.

(2) Metais não ferrosos: a China tem todos os metais descobertos no mundo.

1. Um dos maiores produtores mundiais de:
* Fosfato
* Minério de ferro
* Bauxita
* Ouro
1. Grandes reservas energéticas. Destaque:
* Carvão mineral
1. Grandes reservas para a produção de energia elétrica. Destaque:
* Urânio
* Potencial hidráulico

(6) Agricultura pujante, embora com produção de alimentos ainda insuficiente.

- Grande produtor de:

* + Arroz (maior produtor)
	+ Batata
	+ Batata-doce
	+ Cana
	+ Feijão
	+ Soja
	+ Trigo
	+ Milho

- 1º produtor mundial de algodão

- 1º produtor mundial de cereais (produz 20% do total mundial)

1. Na pecuária, a China destaca-se por possuir o maior rebanho mundial de:
* Suínos
* Eqüinos
* Asininos
* Aves

- Maior produtor de carne e ovos

1. **China – Grande Mercado Consumidor**

**-** Com crescimento anual a taxa de 10%, em dez anos os chineses terão dinheiro suficiente para fazer da China o maior mercado consumidor do mundo.

- A Organização Mundial de Turismo (OMT) espera que, a partir de 2010 o número de turistas no mundo alcance a casa de 1 bilhão e o motor dessa expansão será a população chinesa.

1. **Impacto ambiental no desenvolvimento econômico Chinês?**

**a) Introdução**

A produção de carvão da China, principal produtor deste mineral com 30% do total mundial, já supera 2,5 bilhões/ano.

Cerca de 70% do consumo de energia da China (o segundo consumidor do mundo atrás dos Estados Unidos) provém da combustão de carvão.

**b) Impactos socioambientais da mineração e uso do carvão**

Os maiores impactos socioambientais do carvão decorrem de sua mineração, que afeta principalmente os recursos hídricos, o solo e o relevo das áreas circunvizinhas. A abertura dos poços de acesso aos trabalhos de lavra, feita no próprio minério, e o uso de máquinas e equipamentos manuais, como retroescavadeiras, escarificadores e rafas, provocam a emissão de óxido de enxofre, óxido de nitrogênio, monóxido de carbono e outros poluentes da atmosfera.

Durante a drenagem das minas, feita por meio de bombas, as águas sulforosas são lançadas no ambiente externo, provocando a elevação das concentrações de sulfatos e a redução de PH no local de drenagem.

O beneficiamento do carvão gera rejeitos sólidos, que também são depositados no local das atividades, criando extensas áreas cobertas de material líquido, as quais são lançadas em barragens de rejeito ou diretamente em cursos de água. Grande parte das águas de bacias hidrográficas circunvizinhas é afetada pelo acúmulo de materiais poluentes (pirita, siltito e folhelhos). As pilhas de rejeito são percoladas pelas águas pluviais, ocasionando a lixiviação de substâncias tóxicas, que contaminam os lençóis freáticos. A posterior separação de carvão coqueificável de outras frações de menor qualidade forma novos depósitos, que cobrem muitos hectares de solos cultiváveis.

Na mineração de carvão os trabalhadores das minas e seus familiares também são afetados diretamente pelas emanações de poeiras provenientes desses locais. Doenças respiratórias, como asma, bronquite, enfisema pulmonar, e até mesmo a pneumoconiose, estão presentes no cotidiano dessa população.

Além dos referidos impactos da mineração, a queima de carvão em indústrias e termelétricas causa graves impactos socioambientais, em face da emissão de enxofre e de gases poluentes, dentre os quais se destacam o dióxido de enxofre (SO2) e os óxidos de nitrogênio (NOx). Além de prejudiciais à saúde humana, esses gases são os principais responsáveis pela formação da chamada chuva ácida, que provoca a acidificação do solo e da água e, conseqüentemente, alterações na biodiversidade, entre outros impactos negativos, como a corrosão de estruturas metálicas.

A China ainda é destaque em qualquer conversa sobre meio ambiente. Cinqüenta anos depois do plano de desenvolvimento chamada Grande Salto do Presidente Mao, a maior parte da natureza da República Popular foi varrida. Do mesmo tamanho que os EUA, mas com 1 bilhão de pessoas a mais, a China sofre com o desmatamento, a mineração de carvão, a poluição, a chuva ácida e o acúmulo de lixo, que já devastaram 50% do território no último meio século. Noventa por cento de suas áreas verdes estão degradas ou correndo risco de desertificação. O país já possui sete das dez cidades mais poluídas no mundo. Quarenta mil mortes por ano estão ligadas à poluição do ar. São registrados mais de 2 mil acidentes ecológicos a cada ano. Pan Yue, o ministro interino da Administração de Proteção Ambiental do Estado de Pequim, estimou que a poluição custa à China o equivalente a cerca de 8 a 14% do PIB do país, por ano.

A voraz demanda mundial pelos recursos do planeta transformou a crise ecológica da China numa crise global. Os EUA ainda estão no topo da lista, mas a China (que, como todo país em desenvolvimento, não está sujeita ao Protocolo de Kyoto) irá lançar cinco vezes mais CO2 na atmosfera do que o protocolo pretende poupar. Junto com a Índia, o país será responsável por 70% do aumento previsto no consumo mundial de carvão.

1. **Interesses estratégicos e a projeção da China Popular**

Para facilitar o estudo e a compreensão do assunto, citaremos alguns interesses da China nos cinco campos do Poder Nacional, acrescentando os seus atuais objetivos geopolíticos.

1. **Interesses Políticos**

**-** Desde a época de Mão Tse-tung a China busca ocupar a posição de grande potencia asiática.

- Manter uma posição de equilíbrio assertivo, porém cauteloso com a relação ao Japão, à Índia, aos EEUU e à Rússia.

- Transformação em ator com peso regional e internacional.

- Ampliar a sua inserção internacional.

- Prosseguir na tentativa de conquista e manutenção de reconhecimento internacional da China.

- Aproximação do sudeste asiático como parceiro político, econômico e comercial.

1. **Interesses econômicos**

**-** Continuar a conquista dos mercados externos.

**-** Continuar a promover a integração controlada de economia chinesa no mercado mundial.

1. **Interesses psicossociais**

- Administrar a resistência étnica do Tibete.

1. **Interesses militares**
2. **Segurança Externa**

**-** Manter suas FFAA com características dissuasórias.

**-** Fazer face a possíveis projeções de poder exógenas no mar da China – particularmente na Bacia do Pacífico – além do limite daquelas toleradas dentro de uma política de coexistência pacifica.

**-** Agir externamente sempre que determinadas situações colocarem em risco a sua soberania e o seu projeto de desenvolvimento.

**-** Quando se fizer necessário garantir a sua projeção do poder no leste asiático.

**-** Pressionar para reduzir a presença militar dos EUA na Ásia Central.

1. **Segurança Interna**

**-** Garantir a lei a Ordem.

- Neutralizar possíveis movimentos separatistas do Tibet (Xi-Zang) e Xinjiang (muçulmanos). No interior da China, as contestações à unidade nacional originam-se das populações muçulmanas do Xinjiang e dos budistas do Tibet. No Sin-Kiang, região autônoma do extremo ocidente, o poder de Pequim enfrenta a resistência de clãs locais, mas se afirma através de ciclos de repressão brutal dos dissidentes e de uma política de colonização da região por chineses de etnia Han.

- O Tibet chinês corresponde à região autônoma de Xizang, que tem cerca de 2 milhões de habitantes e é a única província na qual o grupo Han é minoritário: em 1912, o Tibet alcançou a independência, aproveitando-se da dissolução do Império chinês e da ajuda de Londres. A teocracia budista dos monges tibetanos sobreviveu.

1. **Interesses científico/tecnológicos**

- Manter e incrementar o programa de satélites.

- Manter e incrementar o programa mísseis.

1. **Os atuais objetivos geopolíticos da república popular da China**

O governo de Beijing tem evidentes e bem definidos interesses geopolíticos. Em primeiro lugar, a recuperação de Taiwan, denominada pelos comunistas de “província rebelde”.

Em hipótese alguma, a República Popular da China aceitaria uma declaração formal de independência de Formosa, que se auto-intitula de República da China. Sem dúvida, qualquer atitude nesse sentido, por parte do governo de Taipé, provocaria uma violenta ação militar chinesa. Após a reintegração de Hong Kong e Macau, Beijing vem propondo para Taiwan a mesma fórmula adotada naqueles dois territórios: “uma nação e dois sistemas”. Com a intenção de provocar agressivamente Taiwan, a China ocupou o arquipélago Dongsha (“Pratas”), situado nas proximidades de Formosa, além de ambicionar a ilha de Penghú (“Pescadores”), também desejada pelo governo de Taipé.

O segundo objetivo chinês é a expansão para o Mar da China Meridional, onde reivindica soberania sobre uma área de mais de 800 mil quilômetros quadrados. Essa região é também disputada pelo Vietnã e por Taiwan, desejosos, assim como a China, do total controle dela – e pela Malásia, Brunei e Filipinas, que ambicionam uma parte dela. Nessa região, os conflitos vêm ocorrendo no arquipélago Spratly**,** localizado no mar territorial filipino, e também no arquipélago de Natuna**,** onde existem ricos campos de petróleo e gás natural, atualmente explorados pela Indonésia. O arquipélago de Spratly é formado por quase 500 ilhas e recifes coralíneos, abrangendo uma área de 700 quilômetros de comprimento e 300 de largura. 24 dessas ilhas foram ocupadas pela República Democrática do Vietnã; 7, pela China; 6, pelas Filipinas; 3, pela Malásia e 2 tomadas por Taiwan. Em 1995, as pendências na região foram agravadas pela ocupação chinesa de uma ilha até então de domínio filipino, Mischief.

1. **O que é Taiwan/Formosa**

Após a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), Formosa ou Taiwan foi cedida ao Japão (1895), como pagamento pela derrota chinesa, primeiro passo desta nação rumo a conquista do continente chinês. A ilha foi retomada pelos chineses após a Segunda Guerra Mundial. Chang Kai-chek, ditador derrotado por Mao Tse-tung na guerra civil que se sucedeu à expulsão japonesa, lá se refugiou em 1949, transferindo o governo de partido único (Partido Nacionalista do Povo: Kuomintang; com projeto de unificação nacional sob uma liderança caudilhesca, baseada numa organização autoritária sem participação popular, similar ao movimento dos “jovens turcos” de Kemal Atatürk, que ocidentalizou o antigo império otomano nos anos 20) e fundando a República da China Nacionalista. Parcela da população anticomunista também migrou para a ilha, incluindo aí a elite econômica chinesa, fazendo surgir em Taiwan uma base industrial competitiva, que pode contar com apoio financeiro norte-americano.

Um ponto de inflexão nas relações da China com Taiwan foi a aprovação, em outubro de 1971, com o apoio de muitos países em desenvolvimento, durante a 26ª Assembléia Geral da ONU, da decisão que reconheceu os direitos legais da República Popular da China nas Nações Unidas e, ainda, da expulsão dos representantes do Kuomintang dos órgãos da ONU.

A abertura política e o pluripartidarismo na ilha vieram com a morte do filho de Kai-chek e de seu sucessor, Chiang Ching-kuo, no ano de 1988. Nas primeiras eleições com ampla participação popular, o partido da situação permaneceu no poder, sendo eleito pela grande maioria dos eleitores. A aprovação da política capitalista praticada pelo governo foi atribuída às altas taxas de crescimento econômico nos anos 80, similar ás apresentadas pelos demais Tigres Asiáticos.

Nas eleições do ano 2000, em Taiwan, ascendeu ao poder o Partido Democrático Progressista, de Chen Shui-bian, cujo discurso era nacionalista e de independência, sofrendo forte pressão e ameaça de retaliação militar por parte a RPC. Após a vitória, o governo adotou um discurso moderado em relação à China.

1. **Taiwan e China**

A China tem buscado cercar-se de Formosa, propondo aplicar a mesma forma de administração desenvolvida em Hong-Kong, desde que a ilha abra mão de sua soberania. Formosa tem recusado, sempre contando com a proteção dos EUA e Japão, mantendo a relação Taiwan – China estagnada. O fato é que restabelecer a soberania sobre Taiwan é um objetivo nacional permanente da China, assim como o foi com Hong-Kong e Macau.

A ilha que os navegadores portugueses chamaram de Formosa e os Chineses de Taiwan tem um quê de realismo fantástico.

Está ausente dos anuários e estatísticas do Banco Mundial, FMI e ONU, mesmo sendo sua população maior que a da Holanda e o PIB supere o da Áustria ou da Arábia Saudita. É o 15° maior exportador do mundo: computadores e eletrônicos *Made in Taiwan* ou *Made in ROC (Republic of China)* são vendidos em todo o mundo. Mas só tem relações diplomáticas com 24 países, nenhum dos quais economicamente mais significativos do que a Guatemala ou a Costa Rica.

Com território menor que o do Estado do Rio de Janeiro, o governo da ilha reivindica toda a China e toda a Mongólia e, se deixar de fazê-lo, corre o risco de ser bloqueada ou invadida por Pequim.

Esse paradoxo começou a se formar em 1949, quando os EUA protegeram a fuga dos partidários de Chiang Kai-shek, derrotados pela revolução comunista de Mao, para o último reduto do partido nacionalista Kuomintang na estão República da China a ilha de Taiwan, chinesa desde 1661, salvo por meio século de ocupação japonesa, de 1895 a 1945.

Por quase duas décadas de Guerra Fria, os estadunidenses alimentaram a esperança de um colapso do maoísmo e da restauração do regime de Chiang no continente (e na Mongólia então socialista, cuja independência, ao contrário de Mao, Chiang não reconheceu). O Parlamento de Taipé continuou a reunir representantes vitalícios de todas as províncias do continente (até morrerem) e a deter o assento reservado à China no Conselho de Segurança da ONU.

Os EUA, determinado em fazer de Taiwan (e da Coréia do Sul) uma vitrine do capitalismo, deram à ilha ajuda econômica e acesso privilegiado a seu mercado. Seu governo fez bom uso dessa ajuda e estimulou a formação de uma ampla classe de pequenos e médios empresários nacionais, em vez de abrir-se passivamente às transnacionais. A Bolsa de Taipé,embora movimente apenas ações e títulos de empresas locais, tornou-se uma das mais ativas da Ásia.

O governo comunista da República Popular da China, porém, não só se consolidou, como também rompeu sua aliança com a União Soviética e se firmou como uma potência nuclear independente, ao detonar sua primeira bomba atômica em 1964 e sua bomba de hidrogênio em 1966. Washington gradualmente começou a vê-la não só como uma realidade irreversível, apesar de indesejada, como também como uma valiosa parceria estratégica contra um rival comum.

No início das anos 70, para decepção de Chiang Kai-chek, o governo Nixon apoiou a expulsão de seu governo da ONU e reconheceu oficialmente a República Popular. No fim da década,com a morte de Mao e a proclamação da economia socialista de mercado por seu sucessor Deng Xiaoping, Pequim tornou-se também uma vital parceria econômica dos EUA, a ponto de acabar por tornar-se o país a receber maior volume de investimentos estadunidenses no mundo.

Com exceção de uns poucos países muito pobres da África, Oceania e América Latina, que continuaram a reconhecê-lo para receber sua ajuda econômica, todas as nações romperam relações com Taiwan. Suas embaixadas foram rebaixadas a “escritórios comerciais de Taipé. Na OMC, seu governo atende pelo codinome de “território alfandegário separado de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu ou Taipé chinesa, para não ferir os brios de Pequim.

Taipé não foi exatamente abandonada à própria sorte. Os EUA continuaram a fornecer-lhes armas e não revogaram a promessa de protegê-la de uma invasão de Pequim. Sempre que a China fez ameaças, deslocou porta-aviões para o estreito.

Após a morte de Chiang Kai-chek e sua substituição pelo filho Chiang Ching-kuo, em 1975, a ilha começou a se adaptar à nova situação. Foi abolida a lei marcial, vigente desde a guerra civil, e autorizou-se a fundação de novos partidos. Em 1988, morreu Chiang Júnior e em 1992 foram celebradas as primeiras eleições com participação da oposição.

Só em 1997 foram oficialmente restabelecidas as comunicações com o continente, mas há vários anos os empresários de Taiwan já estabeleciam laços formais ou informais com a República Popular. O comércio através do estreito cresceu de US$ 15,3 bilhões em 1993 para US$ 46,3 bilhões em 2003. A China do continente tornou-se de fato, a maior parceira comercial da China da ilha, ainda que as duas continuassem oficialmente a ignorar mutuamente sua existência.

No papel, Taiwan investiu US$ 34,3 bilhões na China de 1991 a 2003. Incluindo vias indiretas, o valor real gira entre US$ 100 bilhões e US$ 150 bilhões metade do PIB da ilha. Desde 2002, a China representa dois terços dos recursos investidos pela ilha no exterior. A lógica e o bom senso indicaram que algum tipo de reconciliação ou mesmo de reunificação deveria estar em curso. Mas quem disse que isso se aplica as relações internacionais?

Por meio século, os nativos de Taiwan foram politicamente marginalizados por refugiados do continente, que, apesar de construírem apenas 15% da população da ilha, insistiam em governá-la dizendo representar, por meio do Kuomintang, a maioria do povo chinês até que, em 2000, o histórico partido de Chiang Kai-shek foi afastado do poder em Taipé pela vitória nas eleições de Chen Sui-bian, líder do Partido Democrático Progressista, que representa a maioria nativa.

Os jovens taiwaneses cresceram com pouco contato com o continente e vendo a tese da unidade da China como barreira às suas aspirações políticas. Acostumaram-se com um padrão de vida que, as províncias mais prósperas da República Popular levarão décadas para alcançar. É compreensível que vejam a proclamação da “República de Taiwan” como regularização de uma situação de fato. Alguns chegam a idealizar a ocupação japonesa que os separou do continente embora seu dialeto e sua cultura ainda sejam os da província chinesa de Fujian, de onde seus ancestrais vieram há 300 anos.

Para Pequim, porém, trata-se de uma guerra civil inconclusa e de uma província rebelde: era mais aceitável Chiang, que exigia o poder sobre o continente, do que Chen, que deseja apenas a ilha. Igualmente compreensível: os EUA, que ainda se recusam a aceitar o governo hostil instalado na ilha independente de Cuba, muito menos se conformariam se um partido derrotado em uma guerra civil em seu país se refugiasse no Havaí e seus nativos aproveitassem para criar uma nação.

O novo governo de Taiwan, porém, parece alimentar a esperança de que poderá pegar a China desprevenida, insinuando pouco a pouco sua separação. Chen passou a chamar seu país de República da China em Taiwan e tentou, sem sucesso, ser readmitido na ONU nessa qualidade. Em 10 de outubro, data nacional da República da China, Chen irritou seus patronos em Washington depois de garantir que faria sinais amistosos a Pequim e submeteria seu discurso inserindo na última hora um caco provocador: a República da China é Taiwan, um país de 36 mil quilômetros quadrados.

Seus partidários exigiram um plebiscito pela proclamação da independência até 2008, argumentando ingenuamente que Pequim não iria à guerra para não estragar os Jogos Olímpicos. Foi para dissuadí-los e marcar posição que, o Parlamento chinês aprovou a lei anti-secessão, que oferecia alguns incentivos ao comércio com a ilha, mas autorizava o governo a recorrer à força se a secessão fosse proclamada, se existissem incidentes graves que a implicassem ou se as possibilidades de uma reunificação pacífica se esgotassem.

Quanto aos EUA, desejariam manter o *status quo.* Mas isso é cada vez menos possível: os taiwaneses não querem continuar a farsa da República da China e os chineses não admitem chancelar a separação.

A viagem de Condoleezza Rice à Ásia no governo W Bush refletiu essa contradição. Queria da China cooperação para conter a Coréia do Norte, mas pedem à União Européia que não suspendessem o embargo à venda de armas a Pequim. Queria que a China revalorizasse sua moeda para reduzir o déficit dos EUA, mas esperava que continuasse a proporcionar lucros as transnacionais estadunidenses lá instaladas. Receava as perigosas provocações de Taipé e subscrevia o princípio de uma só China, mas criticava a lei anti-secessão.

A maior delas foi que uma meta declarada da equipe de Bush era prevenir o surgimento de qualquer poder capaz de rivalizar com os EUA, mas isso certamente ocorrerá se a China continuar a crescer, pois seu governo é um dos poucos no mundo que ainda consegue tirar os olhos do livro-caixa por tempo suficiente para pensar em planos estratégicos a longo prazo.

Mais de uma vez, a incompatibilidade de aspirações de um império que luta para manter sua hegemonia e as de uma potência ascendente em busca de um lugar ao sol acabaram em tragédia assim que um estopim adequado se acendeu. Em 1914, esse estopim se chamou Bósnia. No século XXI, poderia chamar-se Taiwan.

1. **Taiwan e o Japão**

Para o Japão, a questão de Taiwan é também fundamental, a ponto de definir como prioridade em sua política externa a defesa daquele país. Para o Japão é essencial tornar claro a Pequim ser intolerável um projeto de hegemonia chinesa na Ásia, uma hegemonia que passa pela retomada de Taiwan, seguido de uma política de cerco ao arquipélago nipônico. Hegemonia iniciada pela neutralização de Taiwan, não forçosamente por uma ação militar direta, mas pela criação de condições que possibilitem o controle das vias de acesso e do espaço aeronaval em torno da ilha, o que alterará todo o equilíbrio regional.

1. **A China, os EUA e Taiwan**

(1) Para bem compreendermos as relações internacionais atualmente existentes entre a China, Taiwan e os EUA é interessante a leitura de trechos extraídos de um artigo de Henry Kissinger publicado no jornal O Estado de São Paulo no dia 12 de setembro de 1999.

Embora passados 11 anos e feitas algumas pequenas atualizações o artigo mostra o relacionamento entre as duas maiores potências mundiais no dia de hoje.

1. ... Os argumentos contra a China resumem-se a estas três proposições:
* A China, a exemplo da URSS, é ideologicamente propensa à dominação regional, se não mundial. Sendo a coexistência impossível, precisamos manter pressões sobre o último e grande Estado totalitário até que ele se transforme numa sociedade democrática, pacífica e com espírito de cooperação.
* O fortalecimento militar da China, aliado ao crescimento de sua economia, inevitavelmente é um desafio à posição dos EUA na Ásia e precisa ser tolhido antes que assuma proporções incontroláveis.
* Um confronto militar por causa de Taiwan é tão provável que precisamos tomar todas as providências em defesa de Taiwan, mesmo que tais medidas tornem o conflito inevitável.

Taiwan é uma questão explosiva. Desde a 2ª Guerra Mundial, presidentes americanos afirmam que Taiwan é parte da China, sob uma forma ou outra: Franklin Roosevelt em 1943, Harry Truman em 1945, Richard Nixon em 1972, Jimmy Carter em 1979 e Ronald Reagan em 1982. Além do mais, o comunicado oficial de Reagan declarou que os EUA não pretendiam “adotar uma política de duas Chinas, ou uma China, em relação a Taiwan” – fórmula repetida depois por Clinton em Xangai.

Desde 1971, cada presidente também se declarou firmemente empenhado na solução pacífica da questão – eufemismo contra o emprego da força – a exemplo do que fez a Lei de Relações com Taiwan, de 1979, que adotou o princípio como lei americana.

Nesse contexto, Taiwan prosperou, tornou-se democrática e participa cada vez mais de fóruns internacionais que não exijam relações formais de Estado para Estado. Ao mesmo tempo, os EUA, a exemplo da vasta maioria dos outros governos, reconheceram Pequim como o governo legítimo de toda a China. Durante 30 anos, embora insistisse na unificação final, a China manifestou em várias ocasiões o desejo de protelar a solução final, no interesse de suas relações com outros países, principalmente os EUA. E o fez, desde que Taiwan não reivindicasse formalmente sua soberania. Os EUA, embora reafirmando sua oposição ao emprego da força, o fizeram invariavelmente segundo o contexto da política da “China única”.

Não se deve brincar com esse complexo arcabouço. Ele atende muito aos interesses de Taiwan. Pois o principal fator inibidor na política da China com Taiwan e o interesse chinês em suas relações com EUA. Se Taiwan conseguir dos EUA o reconhecimento formal de um status separado, como seu presidente parece agora querer, levará seguramente a algum tipo de choque militar que, independentemente de seu desfecho, causaria o rompimento permanente das relações sino-americanas e isolaria os EUA na Ásia e provavelmente no mundo. Taiwan seria menos, e não mais, segura em tal ambiente.

Quanto a Taiwan, três providenciam são necessárias:

* Não deixar dúvidas quanto à oposição dos EUA ao emprego da força;
* Deixar claro que não mudou o antigo princípio americano de aceitação da China única;
* Insistir para que Taiwan seja moderada e não questione um arcabouço que de fato garante sua autonomia e sem o qual os acontecimentos podem escapar ao controle.

Uma Guerra Fria deixaria os dois lados na clássica situação de não-vencedores. O progresso econômico da China seria tolhido. Vizinhos historicamente cobiçosos poderiam ressuscitar antigas ambições. E, dada a atual desproporção do poder, um conflito militar traria graves conseqüências à China.

Nenhuma nação asiática vai aderir à via de confronto, a menos que provocada por pressões da China. Nossos aliados na Europa vão dissociar suas políticas das nossas e atribuir as tensões à arrogância dos EUA. Todo ponto de crise, da Coréia ao Oriente Médio, seria agravado por uma guerra sino-americana – fria ou quente.

Assim que o dado do confronto for lançado, não haverá um meio fácil de recuar do abismo. Qual dos estadistas que com tanta veemência foram à guerra em 1914 não teria agarrado a primeira chance de rever sua posição quando olhou para trás e viu os males causados à civilização da Europa e à paz mundial a longo prazo?

Taiwan continuará sendo um grande ator com potencial para desestabilizar as relações entre China – EUA (e China – Japão): os chineses não aceitando qualquer flexibilização sobre seus direitos na ilha e os EUA equilibrando-se, buscando atender aos seus interesses na região, ao seu compromisso com Taiwan (e Japão), e sendo interlocutor privilegiado entre os dois governos, evitando desgastar-se com qualquer um deles.

1. **A relação da China com os Estados Unidos**
2. As relações China – EUA são conflituosas desde a criação, no ano de 1949, da República Popular da China (RPC), a qual os EUA não reconheceu. Os conflitos decorrem pelo apoio chinês ao movimento comunista internacional, principalmente no Sudeste asiático, e pelo apoio norte-americano aos liberalistas/capitalistas que migraram pata Taiwan. As relações diplomáticas entre os EUA e a RPC foram retomadas em janeiro de 1979, quando o então presidente norte-americano Jimmy Carter reconheceu a República Popular da China (após a morte de Mao Tse-tung, em 1978).

Essas relações têm sofrido grandes mudanças nos últimos tempos. Se no passado a preocupação dos EUA era frear a expansão do comunismo, agora tem sido harmonizar a garantia da soberania de Taiwan (pelo menos pelo maior tempo possível) e a expansão da influência chinesa na Ásia e em outras áreas (África), com os seus interesses comerciais. Isso por ser a China um dos maiores investidores no mercado norte-americano, pela grande presença de empresas dos EUA na China e, ainda, pelo papel da “nova China” na estabilidade das relações internacionais. A China, por sua vez, sabe que depende do bom relacionamento com os EUA para garantir continuidade ao seu crescimento econômico, pois necessita de acesso ao maior mercado consumidor do mundo e dos recursos energéticos controlados por empresas norte-americanas. Poderá, assim, continuar a firmar-se como potência mundial.

Os conflitos que envolvem os EUA e a China cobrem um espectro muito amplo de questões. Desde o relacionamento com o Japão, passando por Taiwan, e chegando a uma questão fundamental do poder mundial: os EUA aceitam a hegemonia “limitada” da China na Ásia Sudeste – como potência regional, mas não abdicam de exercer sua influencia como potencia hegemônica. Ainda, contestam que essa hegemonia chinesa se estenda para outras regiões (África, América, Ásia Central, Oceania). Do seu lado, a China reage à interferência norte-americanas na Ásia, por considerá-la a sua área de influência exclusiva. E ainda não abre mão de expandir essa influência para outras regiões, entrando em choque com a potência hegemônica. Concluindo, temos aqui dois níveis de conflito: um na esfera regional e outro na esfera global.

A África é muito importante para a China. Em 2007, o país criou uma Zona de Economia Especial que engloba o continente. Seu modelo de crescimento está sendo implantado em vários bolsões pelo continente. Com o dinheiro chinês (menos seletivo em suas exigências, como o respeito aos direitos humanos por parte de quem o recebe), a África pode fugir dos empréstimos do FMI e evitar a influência do velho sistema internacional. Tem crescido os investimentos maciços em estradas de ferro, indústrias e obras de infra-estrutura. Como retorno, a China tem acesso ao petróleo africano, a produtos primários de baixo custo e aumenta sua influência política no continente. Essa forma de imperialismo, em contrapartida, não faz seleção ao tipo de governo apoiado, não importando à China as políticas internas adotadas por aqueles países, muitas vezes usando os recursos financiados contra sua própria população.

Na esfera mundial, por enquanto, a China está empenhada em ser conciliadora. Diferentemente da postura da Rússia, a China de desvencilha de conflitos com os EUA. Por exemplo, quando o Conselho de Segurança da ONU estava empenhado na questão de ir ou não à guerra contra o Iraque, os chineses se calaram, permitindo aos russos e franceses que vocalizassem a posição. Na questão dos direitos humanos, a China permitiu que os países muçulmanos se levantassem contra regras mais rígidas, conseguindo o resultado que queria sem se expor ao desgaste. O resultado desta política é o seguinte: em 1995, os EUA venceram 50,6% das votações na Assembléia Geral da ONU, contra 43% da China; em 2006, os EUA venceram apenas 23,5% delas, contra 82% dos chineses. A política do presidente George W. Bush não ajudou, evidentemente. Mas talvez aí possamos identificar a adoção da estratégia típica dos chineses: a indireta.

Quanto às questões de Hong Kong e de Macau, a China, após conversações diplomáticas com o Reino Unido e Portugal, recuperou a soberania sobre essas regiões, respectivamente no dia 1º de julho de 1997 e no dia 20 de dezembro de 1999. Ambas as regiões, chamadas de Regiões Administrativas Especiais, possuem economia liberal e são centros internacionais de finanças e comércio. São administradas sob a política “um país, dois sistemas”. Têm o direito constitucional para possuir um alto grau de autonomia: possuem sistema legal, moeda, alfândega, direito de negociação de tratados (como tráfego aéreo) e leis de imigração próprias. Apenas a defesa nacional e as relações diplomáticas são responsabilidades do governo central de Pequim.

1. Para melhor compreensão desse assunto vamos nos valer de um artigo do Coronel Aviador Manuel Cambeses Junior (R/R e conferencista Especial da Escola Superior de Guerra) sob o título “China e EEUU: bipolaridade do século XXI”.

Em sua edição de 3 a 9 de janeiro de 1998, a revista The Economist publica instigante artigo: O Próximo Balanço do Poder. Nele estabelece-se uma projeção, para o prazo de trinta anos, do poder potencial dos principais países e regiões do planeta. A conclusão é clara e permite dizer: somente a China terá condições de equiparar-se aos Estados Unidos no papel de superpotência.

Recorrendo aos elementos clássicos determinantes das bases de poder estatal The Economist elabora uma pontuação comparativa projetada para o tempo de três décadas. Neste estudo os Estados Unidos atingem uma classificação de 14 pontos, enquanto a China se situa no patamar de 13, bem distante dos demais competidores. Mesmo a Rússia, apesar de seu armamento nuclear, somente conseguiu obter 8 pontos nesta avaliação. Ainda de acordo com aquela revista, a China apresenta uma capacidade intrínseca de valores que não se vê presentes em outros países, ou seja: um concentrado sentido nacionalista, um sentimento de revanchismo histórico – fruto das humilhações acumuladas ao longo de muitos anos – e pujança econômica. Estas características lhe conferem o perfil de superpotência.

O que The Economist não analisa ou se detém, é a orientação que definirá a relação entre as duas monopólicas superpotências. As grandes perguntas se restringiriam: qual será o elemento fundamental de rivalidade entre a China e os Estados Unidos? Poderá esta rivalidade levar a um enfrentamento bélico?

Parece pouco provável que o fator ideológico esteja com capacidade para converter-se no núcleo desse enfrentamento. A diferença da confrontação existencial que se deu durante a Guerra Fria, com a existência de dois sistemas de valores irreconciliáveis, sem retirar o aspecto competitivo, parece não ser a tônica dos tempos futuros. Os chineses estão adentrando fortemente na rota do capitalismo e do livre mercado e, concomitantemente, procuram enfatizar o pragmatismo ancestral advindo de Confúcio, triunfo de uma lógica unificadora.

Tampouco as aspirações chinesas sobre Taiwan e a subseqüente tutela norte americana sobre este país, insinuam-se como gerador potencial de uma crise. O mesmo pragmatismo chinês unido à crescente aproximação de seus modelos econômicos, seguramente conduzirá a um acordo negociado e pacífico entre Pequim e Taipei. O exemplo da fusão de Hong Kong à China evidencia um bom indício neste sentido.

O salto para um futuro enfrentamento poderia vir pelo questionamento das tensões e rivalidades comerciais. Isso, ampliado pelos componentes de nacionalismo e revanchismo histórico presentes, poderia transformar-se na fonte de prováveis conflitos. Stephen S. Cohen, reconhecido catedrático da Universidade de Berkeley, direciona muita luz sobre o assunto em interessante artigo publicado na edição de janeiro de 1998 do Le monde Diplomatique. Segundo ele, a história sempre agitada nas relações comerciais entre Washington e Tóquio esta a ponto de reproduzir-se entre Washington e Pequim. A China, igualmente aos Tigres Asiáticos, copiou o modelo japonês, assentando o seu crescimento econômico coerente com a formulação de técnicas na base das exportações maciças.

De acordo com o que nas assinala Cohen, a China está caminhando para tornar-se um poderoso Japão comercial, concomitantemente a uma potência militar de primeiro nível. Com respeito às suas palavras, torna-se extremamente difícil que a China possa integrar-se de maneira duradoura ao sistema comercial internacional, obedecendo a um sistema de exportações maciças. As tensões decorrentes ficariam difíceis de administrar. Hoje em dia o crescimento vertiginoso das exportações chinesas (some-se Hong Kong e Taiwan) tem conduzido a um superávit comercial com os Estados Unidos. Entretanto, a China de hoje espelha um pálido reflexo do que este país tem em capacidade de converter-se, num prazo de três décadas, em termos de consagração no cenário internacional.

As aspirações de líder chinês Jiang Zemin visam a manter uma taxa média de crescimento econômico anual na ordem de 6,5%, nos próximos 25 anos. Isso colocaria a nação numa posição de superpotência industrial e com um PIB na ordem de cinco trilhões de dólares.

A revista **Business Week**, edição sobre a China – setembro de 1997 – chama a atenção do leitor com a seguinte afirmativa: a China já é um monstro exportador de bens de baixo valor agregado. Se conseguir curar os males de seu sistema econômico estatal e tornar eficiente o seu sistema financeiro, poderá emergir como rival do Japão e de seus vizinhos Tigres Asiáticos em indústrias que vão desde a produção de aço até maquinaria pesada.

Poderá a competição comercial entre Estados Unidos e China conduzir a um enfrentamento armado? Há alguns anos foi publicado um livro intitulado **A Próxima Guerra com o Japão**, de George Friedman. Chegou a ser considerada a obra mais vendida no Japão, alcançando, igualmente, o mesmo sucesso comercial de vendas nos Estados Unidos. A tese defendida pelo autor é simples: o Japão, como grande importador de matérias-primas não pode deixar que a seiva que alimenta a sua economia dependa, primordialmente, de outra nação. Acresce de importância o fato quando essa outra nação, os EEUU, tem interesses diametralmente opostos aos seus. Isto obrigaria o Japão a buscar garantir suas próprias rotas marítimas, nas quais, como conseqüência inevitável, reivindicaria a importância de uma armada capaz de garantir as suas aspirações diante do poderio naval norte-americano.

A rivalidade pelo controle dos mares asiáticos, unida às permanentes tensões comerciais, geraria altos decibéis emocionais, suscetíveis aos estrondos bélicos. Segundo Friedman, desde 1988, todos os estudos têm demonstrado que os estadunidenses vêem o Japão como seu principal antagonista, inclusive nos tempos em que a União Soviética ainda se encontrava atuante, ao exemplificar referiram-se a uma pesquisa realizada por McGraw-Hill segundo a qual 22% dos norte-americanos viam a União Soviética como rival e 68% visualizavam o Japão como a maior ameaça aos EEUU.

Faz-se mister ressaltar que a tese de Friedman já está defasada ante a nova realidade da crise econômica japonesa. Por outro lado, as premissas da mesma serão perfeitamente aplicáveis e, com muito mais razão, no caso das relações Estados Unidos-China. Para 2015 a China estará importando sete milhões de barris diários de petróleo, elemento vital para sua sobrevivência econômica. A necessidade de controlar as rotas marítimas por onde passe essa força energética produzirá a inevitável rivalidade com os EEUU que sempre definiram, no campo estratégico, o Oceano Pacífico como um “*maremonstrum*”. Porém diferentemente do Japão, a China já é uma potência militar de alto significado e com acesso a armamento nuclear.

A integração de um super Japão industrial como uma potência militar de primeira ordem, cenário previsto por Stephen Cohen com relação à China, possui todos os elementos para enfrentar um conflito com os norte-americanos, especialmente quando o nacionalismo e o revanchismo histórico chineses estão permeando as mentes das lideranças naquele imenso e portentoso país.

Diante desse cenário prospectivo poderemos vaticinar que estas serão as bases da ordem bipolar do Século XXI?

1. **Teoria dos mundos**

Terceiro mundo é um termo da Teoria dos Mundos, originado na Guerra Fria, para descrever os países que se posicionaram como neutros na Guerra Fria, não se aliando nem aos Estados Unidos e os países que defendiam o capitalismo, e nem à União Soviética e os países que defendiam o socialismo. O conceito mais amplo to termo pode definir os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, ou seja, os que possuem uma economia e/ou uma sociedade pouco ou insuficientemente avançada(s).

A origem do nome é do demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a idéia de um *Terceiro Mundo,* inspirado na proposição do *Terceiro Estado* usava na Revolução Francesa. Os países membros do chamado Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar a Terra, como fizeram os burgueses e revolucionários na França. Os chamados Primeiro e Segundo mundo surgiram de uma interpretação errônea por parte principalmente da mídia, que não entendeu a mensagem de Sauvy. Como consequência disso, hoje, muitos atribuem o nome a chamada “Velha Ordem Mundial”, a divisão geopolítica de poderes e blocos de influência durante o período da Guerra Fria (1945-1989). O “Primeiro Mundo” seria o dos países capitalistas desenvolvidos, enquanto o “Segundo Mundo” seria o dos países socialistas industrializados. Restariam no “Terceiro Mundo” os países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados. Essa idéia surgiu de uma interpretação desatenta das afirmações de Sauvy.

O termo foi oficialmente adotado durante a reunião de países asiáticos e africanos que se emanciparam da colonização européia, em abril de 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia. É a partir dessa denominação que esses países, considerados pobres e com sérios problemas sociais como a violência, a miséria extrema e a corrupção, buscaram chamar a atenção do mundo inteiro. No entanto, muitos desses países acabaram depois cobiçados por forças políticas e sociais ligadas a cada uma das duas facções da Guerra Fria, a capitalista e a comunista.

Após o fim da União Soviética, o termo vem caindo em gradual desuso, preferindo-se usar os termos sinônimos “países em desenvolvimento” e “países emergentes” ou mesmo “países subdesenvolvidos”, evidenciando o caráter econômico e social do povo.

1. **A China e os Três mundos**

**A teoria dos três mundos**

Desenvolvida pelo líder comunista chinês Tse-tung (1893-1976), propunha que as relações internacionais compreendessem três mundos político-econômicos: o Primeiro Mundo, as superpotências, o Segundo Mundo, os aliados das superpotências e o Terceiro Mundo, as nações do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Mao inclue os Estados Unidos e a União Soviética no grupo de países do Primeiro Mundo. Em 1974, o então vice-premier chinês Deng Xiaoping (1904-1997), explicou a Teoria dos Três Mundos, em um discurdo nas Nações Unidas, explicando as alianças político-econômicas da República Popular da China com os direitistas, os governos reacionários no final dos anos 1970 e 1980.

Como pode ser observado a teoria dos três mundos desenvolvida por Mao Tse-tung era direfente da teoria ocidental dos Três Mundos. A teoria no Ocidente afirmava que o Primeiro Mundo era os Estados Unidos e seus aliados, o Segundo era a União Soviética e seus aliados, e o Terceiro Mundo era a países neutros e não alinhados.

Alguns partidos anti-revisionistas e organizações políticas ficaram decepcionadas com esta teoria. Posteriormente, na Albânia, Enver Hoxha (1908-1985), líder do Partido Trabalhista da Albânia, apresentou e praticou de forma alternativa uma crítica ideológica do governo e da ideologia de base, distanciando da teoria dos três mundos e do revisionismo do Partido Comunista da União Soviética. Após o debate, muitos partidos anti-revisionistas, antes aliados, com o Partido Comunista da China, transferiram a sua lealdade ao Partido Trabalhista da Albânia.

1. **A China e os Organismos Internacionais.**

A China integra a APEC, Banco Mundial BRICS, FMI, OMC, ONU (e o seu Conselho de Segurança) e o G20.

* + 1. **ONU**

A Organização das Nações Unidas tem como objetivo manter a paz, defender os direitos humanos e as liberdades fundamentais e promover o desenvolvimento dos países. A ONU surgiu após a II Guerra Mundial, em substituição à antiga Liga das Nações. A Carta das Nações Unidas foi elaborada na Conferência de San Francisco, com 50 países, e assinada em 26 de junho de 1945. A organização passou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, quando sua carta foi ratificada pela maioria das nações signatárias. Hoje, é integrada por 193 países. Não fazem parte Taiwan (que a China considera uma província rebelde) nem o Vaticano.

A ONU é constituída por várias instâncias, que giram em torno do Conselho de Segurança e da Assembléia-Geral. A organização atua em diversos conflitos por meio de suas forças internacionais de paz. Discute-se atualmente a necessidade de reformas na ONU, pois sua estrutura reflete a realidade do pós-guerra e da Guerra Fria, cenários já superados. As discussões se acentuaram depois da guerra promovida por EUA e Reino Unido contra o Iraque, em 2003, quando, apesar do parecer contrário da organização à ocupação do país, as duas potências decidiram atacar.

1. **Conselho de segurança da Onu**

Organismo que concentra o poder na entidade sobretudo os cinco membros permanentes – Estados Unidos, Reino Unido, França, Federação Russa e China –, que possuem poder de veto. O conselho é composto, ainda, de dez membros rotativos eleitos por períodos de dois anos. Com o poder de veto, nada de importante na ONU se decide sem a aprovação dos cinco membros permanentes.

O Conselho de Segurança é o órgão que aprova missões se paz, embargos e ações armadas. A principal discussão relativa à reforma da ONU é a necessidade de mudanças nesse conselho. Há a proposta de ampliá-lo de 15 para 24 membros. Quatro nações reivindicam participação permanente: Brasil, Alemanha, Índia e Japão. Defendem, também, a criação de uma ou duas vagas para os países da África.

1. **Organizações de cunho predominantemente econômico**

**APEC**

A **APEC (Ásia – Pacific Economic Cooperation)**, traduzindo, **Cooperação Econômica da Ásia e o Pacífico)** é um bloco que engloba economias asiáticas, americanas e da Oceania. Sua formação deveu-se à crescente interdependência das economias da região da Ásia-Pacífico. Foi criada em 1989, inicialmente apenas como um fórum de discussão entre os países da ASEAN (Association of the South East Asian Nations) e alguns parceiros econômicos da região do Pacífico, tornando-se um bloco econômico apenas em 1993, na Conferência de Seattle, quando os países se comprometeram a transformar o Pacífico numa área de livre comércio.

A APEC tem hoje 21 membros: Austrália; Brunei; Canadá; Chile; China; Hong Kong; Indonésia; Japão; Coréia do Sul; Malásia; México; Nova Zelandia; Papua-Nova Guiné; Peru; Filipinas; Rússia; Cingapura; Taiwan; Tailância; Estados Unidos da América e Vietname.

O principal objetivo do bloco é reduzir taxas e barreira alfandegárias da região pacifico-asiática, promovendo assim o desenvolvimento da economia da região. Por serem o principal objetivo, em 1994, na reunião de Bogor, os países se comprometeram a estabelecer uma zona de livre comércio até este ano, para os países desenvolvidos, e até 2020 para os países subdesenvolvidos.

**Banco Mundial**

Organização cujo objetivo é oferecer financiamento e assistência técnica a países para promover seu desenvolvimento econômico. Criado em 1944 e composto de duas instituições – o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (ADI) -, o Banco Mundial é formado por 187 países-membros e iniciou suas atividades auxiliando na reconstrução dos países da Europa e da Ásia após a II Guerra Mundial.

**BRIC**

É um grupo formado em 2009 por Brasil, Rússia, Índia e China para uma cooperação econômica e política no cenário global. Em 2011, o grupo incorporou a África do Sul. O termo BRIC para designar os quatro países considerados emergentes foi cunhado pelo economista britânico Jim O´Neill em 2001.

**FMI**

Fundo Monetário Internacional, ou FMI é uma organização financeira criada para promover a estabilidade monetária e financeira no mundo e oferecer empréstimos a juros baixos a países em dificuldades financeiras em troca do comprometimento desses países com metas como equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulamentação, privatização e concentração de gastos públicos em educação, saúde e investimentos em infraestrutura, entre outras políticas que são denominadas como Consenso de Washington.

**G20**

Criado em 1999 para ampliar o G-8 (Grupo dos países mais ricos do mundo), o Grupo dos 20 (G-20) reúne as nações desenvolvidas e as maiores emergentes. Após a eclosão da crise financeira mundial, tornou-se o mais importante fórum internacional de países para o debate das questões políticas econômicas globais.

G-8 é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, mais a Rússia. São eles: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá, mas a Rússia. Esta última não participa de todas as reuniões do grupo.

**Membros do G-20**

África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Européia.

**Organização Mundial do Comércio, ou OMC**

É uma organização internacional com 153 membros (150 países, mais a União Européia e os territórios chineses de Macau e Hong Kong), cujo objetivo é regular o comércio mundial e resolver disputas comerciais entre seus membros. A organização surgiu após quase 50 anos de negociações entre países para estabelecerem o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês, Gatt, *General Agreement on Tarrifs and Trade*) entre 1947 e 1995. Ganhou importância desde que começou a funcionar, em 1995. No âmbito da OMC, países que se sentem prejudicados por práticas comerciais de outros aderentes da organização vêm abrindo processos e, em diversos casos, conseguiram obter reparações. Negociações quanto á regulamentação de aspectos não cobertos pelo Gatt continuam lentamente.

Está em andamento, desde 2001, a Rodada Doha de negociações, que busca um acordo sobre temas como propriedade intelectual, subsídios à agricultura, regras de concorrência e ações na área de saúde pública. Diante dos impasses que opõem, principalmente, os países ricos aos emergentes, a Rodada Doha passou do prazo limite de 2006 para terminar, foi suspensa e corre o risco de fracassar.

**A China na OMC (Organização Mundial do Comércio)**

- Depois de 14 anos de negociação a China passou a pertencer, em 2003, a OMC que conta, atualmente, com 143 membros. Esse ingresso na Organização obriga a China a alguns reajustes nas suas tarifas de importação, mas, em compensação, possibilita ao país oferecer a sua população produtos estrangeiros de qualidade e a preços baixos. A China é um país de importância estratégica para o comércio mundial. O consumo chinês, particularmente em produtos agrícolas aumentará consideravelmente.

1. **A Índia como potencia Regional**

A Índia faz parte do continente asiático e compõe, junto com o Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Maldivas, Butão e Nepal, a Ásia Meridional.

* 1. **Área:** 3.300.000 km² (aproximadamente)

O território indiano ocupa a maior parte de uma vasta planície que, isolada do restante da Ásia pela cordilheira do Himalaia, forma o subcontinente indiano.

* 1. **População:** 1.200.000.000 (aproximadamente)

Nacionalidade – indiana

Idiomas – híndi, inglês (oficiais)

Religião – hinduísmo: 75%

 islamismo: 12%

 cristianismo: 6%

 outras: 7%

* 1. **Governo**

República parlamentarista. Presidente e 1º Ministro.

28 estados

Legislativo: bicameral Conselho de Estado: 245 membros

 Casa do Pvp: 543 membros

* 1. **Índices diversos**

Imensos contrastes: mesmo com 12º PIB mundial em 2008 (US$ 1.200.000 milhões, aproximadamente), cerca de 600 milhões de habitantes vivem na miséria (aproximadamente a metade).

- Em 2050 a Índia será o país mais populoso do mundo com 1,6 bilhões de habitantes, superando a China.

- Considerável parcela da população tem acesso à educação, e garante ao país papel de destaque na produção científica – farmacêutica e informática.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Índia** | **Brasil** | **Suécia** |
| Densidade populacional – hab/km² (2009) | 365 | 23 | 20 |
| Crescimento demográfico - % ao ano (2005/2010) | 1,4 | 1,0 | 0,5 |
| Filhos por mulher – f/m (2009) | 2,70 | 1,8 | 1,9 |
| Expectativa de vida – anos/h; anos/m (2009) | 65,5; 66,5 | 76 | 83 |
| Mortalidade infantil – por 1000 (2000/2005) | 53 | 22 | 3 |
| Analfabetismo - % (2000) | 34 | 10 | - 5 |
| IDH | 0,612 | 0,813 | 0,963 |

* 1. **Principais cidades:** Nova Délhi (capital): 300.000 habitantes (2009)

 Mumbai (ex-Bombaim): 19.700.000 (2009)

 Délhi: 21.700.000 (2009)

 Calcutá: 15.300.000 (2009)

 Madras: 7.500.000

 Bangalore: 7.200.000

* 1. **Economia**
* Maior exportador mundial de software.
* Em 2000, indústria de programas movimentou 6.000.000.000 de dólares.
* Grande classe de trabalhadores dedicados a cibernética.
* Em 2003 a Índia tinha 12ª economia mundial.
* Solo fértil.
* Líder na produção de várias culturas agrícolas.
* Agricultura pujante que sustenta ¾ da população e contribui com ¼ da produção econômica.
* Extensos recursos minerais
* Grande exportador de pérolas e pedras preciosas.
* Indústria farmacêutica bem adiantada.
* Prepara-se para a era espacial.
* Grandes investimentos em educação.
* PIB (2010) 1.700.000 (milhões de dólares).
* Crescimento anual PIB (2010) 9,7%.
* Renda per capita (2010) – US$ 1.340
* Exportação (2009) – 162.000 (milhões de dólares)
* Importação (2009) – 250.000 (milhões de dólares)
* Crescimento anual

2001 – 6,2%

2002 – 4,8%

2003 – 8,5%

2004 – 7,5%

2005 – 8,1%

Nova estrela da economia mundial.

Potência nuclear.

* 1. **História**

A origem da nação hindu foi a civilização que desenvolveu desde 2500 a.C no vale do rio Indo, onde fica o Paquistão. A região foi conquistada em 1500 a.C., pelos arianos, que implantaram uma sociedade baseada num sistema de castas. Após a invasão de Alexandre, o Grande, formou-se, em 274 a.C. o Reino de Asoka, que unificou a Índia sob o budismo. No início do século VII, o oeste da Índia foi invadido pelos árabes, que traziam o islamismo. A nova fé conquistou camadas importantes da população, que viam no Islã uma oportunidade de escapar da rigidez social do sistema de castas.

* + - 1. **Domínio Ocidental**

O auge da hegemonia muçulmana (1526 a 1707) coincidiu com a presença ocidental na Índia, impulsionada pelo comércio de especiarias:

 1510 – portugueses conquistaram Goa;

Ingleses, holandeses e franceses criaram companhias de comércio com a Índia;

 1690 – ingleses fundaram Calcutá;

1. – ingleses consolidaram o domínio sobre a Índia.
	* + 1. **Independência**

Nos anos 1920 cresceu a luta nacionalista sob a liderança do advogado Mohandas Gandhi, conhecido como Mahatma (“grande alma”).

A luta contra o colonialismo britânico terminou com a independência, em 1947.

* + - 1. **Formação do Paquistão**

Sob incentivo britânico, líderes muçulmanos indianos decidiram formar um Estado independente, o Paquistão. A partilha foi baseada em critérios religiosos.

* + - 1. **Guerra com o Paquistão**

Em 1947, logo após a divisão, Índia e Paquistão entraram em guerra pelo controle da Caxemira.

* + - 1. **Conflitos Étnicos**

Em 1980 irromperam conflitos étnicos em todo o país gerados pelo grupo étnico religioso sikhs, pelo partido religioso hindu Bharativa Janata e pelos separatistas tâmeis do Sri Lanka. Indira Gandhi e Rajiv Gandhi foram assassinados naquela época pelo fanatismo religioso.

* + - 1. **Fundamentalismo Hindu**

Na Índia existe destacadamente o fundamentalismo hindu insuflado pelo partido religioso hindu Bharavita Janata.

1. **A Índia potência regional**

A Índia mantém relações cordiais com a maioria dos países do mundo, desde a sua independência, em 1947. Durante a Guerra Fria, foi um dos membros fundadores do Movimento dos Países Não-Alinhados (países que evitaram vinculação direta aos EUA ou URSS naquele conflito, buscando uma terceira via).

Apesar da promoção da paz der um dos pontos defendidos pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, a Índia envolveu-se em diversos conflitos com seus vizinhos, especialmente a China e o Paquistão, gerando grandes tensões na região.

Em 1962, China e Índia entraram em guerra por questões de fronteiras na região do Himalaia. Os chineses impuseram uma dura derrota aos indianos, que estavam despreparados para os combates nas grandes altitudes da região. A disputa foi negociada em 1993 e 1996, após décadas de tensão.

Os conflitos com o Paquistão datam da independência da Índia, quando o domínio colonial britânico foi dividido em Paquistão e Índia, estados criados para abrigar populações islâmicas e hindus, respectivamente. No ano da divisão, 1947, estourou o primeiro conflito entre as duas nações, com a luta pelo controle da Caxemira. O conflito encerrou com um cessar-fogo em 1948, mediado pela ONU, que enviou uma missão observadores para a área, ainda em atividade nos dias atuais.

A segunda guerra entre os dois países se deu em 1965, quando uma frustrada tentativa paquistanesa de infiltração da Caxemira foi detectada pelos indianos, gerando novo conflito armado e terminando em outro impasse. Novamente a ONU mediou o conflito.

A terceira guerra eclodiu em 1971, dessa vez não sendo a Caxemira envolvida. Uma crise envolvendo o Paquistão Oriental fez com que 10 milhões bengaleses de refugiassem na Índia, após massacres empreendidos pelo exército paquistanês contra aquela população. Após os bengaleses declararem que lutavam por sua independência, a Índia os apoiou. O Paquistão foi derrotado em seu território oriental obteve a independência, tornando-se Bangladesh.

Em 1999, novo conflito envolveu a Índia e o Paquistão, pela posse da Caxemira indiana. O fato novo dessa guerra era a posse, por ambos os contendores de armamento nuclear, o que gerou grande temor na comunidade internacional.

A partir do final do século XX, a Índia tem sido considerada um potencia emergente, com crescente influência nos assuntos regionais e internacionais. Após 1991, registrou forte crescimento econômico, quando seu governo abandonou políticas socialistas e deu início a um processo de liberalização da economia, envolvendo o incentivo ao investimento estrangeiro, a redução de barreiras tarifárias à importação, a modernização do setor financeiro e o ajuste das políticas fiscal e monetária. Como resultado, colheu uma inflação mais baixa, um crescimento econômico mais elevado (média de 5% a.a.) e uma redução do déficit comercial.

Reconhecida como potencia regional, a Índia tem marcado presença em diversos fóruns e organismos internacionais, como a Associação para Cooperação no Sul da Ásia (SAARC) e grupos onde é protagonista, como os dois G-20 (“maiores economias” e “agricultura”) e o IBAS (a iniciativa que reúne Brasil, Índia e África do Sul), sempre buscando fortalecer a cooperação entre os países em desenvolvimento. Tal movimentação na política externa e a forma de sua economia fizeram com a Índia fosse identificada, juntamente com o Brasil, Rússia e China, como uma das principais nações em desenvolvimento, reconhecendo-as como atores importantes na ordem mundial do século XXI.

1. **Potencia regional. Aspectos favoráveis**

- Grande extensão territorial

- População numerosa em condições de tornar ágil esse território

- Solo fértil

- Extensos recursos minerais

- Rios caudalosos

- O país é líder em várias culturas agrícolas

- Destacada produção científica: farmacêutica e informática

- Potencia nuclear

1. **Potencia regional. Aspectos desfavoráveis**

Deficiente unidade nacional

Vários idiomas

Diferentes religiões

Diferentes cultura

Existência de castas

- Violentos choques entre a maioria hinduísta e a minoria muçulmana.

- Conflito internacional entre a Índia e o Paquistão pela posse da Caxemira.

- Imensos contrastes populacionais (600 milhões de indianos vivem na miséria).

1. **Interesses estratégicos e a projeção do poder na Índia**

Sobre este tema o organizador da presente apostila pretendeu fazer um pequeno ensaio, reunindo trechos de diferentes leituras retiradas de livros e da própria internet. Ainda que, em algumas ocasiões, as opiniões sejam coincidentes e, até mesmo, repetitivas, não alteramos o texto, evitando perder a originalidade.

Para o estudo do presente assunto cabe uma leitura preliminar. Posteriormente um resumo que consolide as idéias básicas.

Dividimos os interesses estratégicos nos cinco campos do Poder Nacional: Político, Econômico, Psicossocial, Militar e Científico e Tecnológico.

1. **Interesses políticos**

Preservar o seu status de Estado Nuclear temperando o pacifismo idealista nehruviano com uma forte dose de realismo em relação aos EUA, Rússia, China e Paquistão.

- Preservar a nuclearização como instrumento de política externa e assegurar um ambiente estratégico mais estável.

- Assegurar uma aproximação mais íntima com os EUA.

- Retomar, no cenário internacional, o reconhecimento e o lugar que a Índia merece ter entre as principais potências.

- Manter sua ação político-diplomática junto à China, ao Sudeste Asiático, à União Européia, aos Estados Unidos, à América Latina e a África.

- Manter sua ação político-diplomática junto à América Latina e África.

 - Lançamento do programa Focus Latin América (novembro 1997).

 - Lançamento do programa Focus África (março 2002).

 - Criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS - junho de 2003).

 - Segundo Cúpula do IBAS (17 de outubro de 2007).

- Transformação de ator com peso regional e internacional.

- Aproveitamento das regras vigentes na busca e aplicação da projeção do poder.

- Manter uma autonomia estratégica.

- Tentar uma solução para a questão da Caxemira.

- Estabilizar as relações com o Paquistão.

- Manter a parceria estratégica com os Estados Unidos, possibilitando-lhe maior influência nas questões políticas, econômicas e de segurança internacional.

- Manter o processo de promoção de cooperação política com a China, possibilitando colaboração para ganhos econômicos mútuos e que asseguram que suas disputas fronteiriças, competição por energia e por mercados permaneçam desmilitarizados.

- Ampliar o raio de sua ação estratégica, além do Oceano Índico, de forma a melhorar sua posição na África, Oriente Médio, Sudeste Asiático e Ásia Central.

- Em seu entorno geográfico manter o isolamento com as várias fontes de extremismo e instabilidade (Nepal, Sri Lanka, Blangadesh e Paquistão).

- Aproximação maior com os EUA, abandonando uma sistemática oposição as políticas estratégicas, econômicas e diplomáticas americanas, auxiliando no preenchimento do vácuo deixado pela queda da União Soviética, equilibrando o crescente poder chinês.

- Solucionar o conjunto de conflitos que detêm na região para manter suas ambições internacionais.

- Transformar a Índia em um centro de poder.

- Ampliar a aproximação com o Japão. O Japão entende que o crescimento da Índia é importante para a relativa contenção da projeção do poder da China no leste asiático.

- Aproximação do Sudeste Asiático como parceiro político, econômico e comercial.

- Parceria estratégica com os EUA para legitimar a opção nuclear indiana e de ampliar sua segurança ao servir de contenção da China e do Paquistão.

- Minimizar uma possível projeção do poder da China na Ásia meridional.

- Minimizar uma possível projeção de poder da China no Sudeste Asiático.

1. **Interesses econômicos**

- Manter o seu forte crescimento econômico.

- Aproveitamento das regras vigentes na busca e ampliação da capacidade econômica.

- Abertura do seu mercado para a economia global.

- Aproximação econômica com o leste asiático.

- Reduzir o superávit na balança comercial bilateral com os EUA.

- Desenvolvimento econômico com inserção internacional.

- Ampliar a Cooperação Sul-Sul (Mercosul, Comunidade Andina, etc.)

- Ampliar o interesse pelos países do hemisfério Sul como fonte para o fornecimento de recursos materiais e minerais e para absorção de produtos indianos.

1. **Objetivos psicossociais**

- Manter a sua cultura milenar.

- Reduzir a linha doméstica da pobreza.

- Desenvolver soluções, a longo prazo, para as questões de água, energia e problemas ambientais.

- Diminuir a fome.

- Diminuir a miséria.

- Diminuir a incidência de doenças epidêmicas.

1. **Interesses militares**
2. **Segurança externa**

- Atuar para reduzir a presença militar americana na Ásia Central.

- Manter suas FFAA com características dissuasórias.

- Fazer face a possíveis projeções de poder exógenas no Oceano Índico (Golfo de Bengala e Mar da Arábia) além do limite tolerado pela política da Índia.

- Agir externamente sempre que determinadas situações colocarem em risco a sua soberania e seu projeto de inserção internacional.

- Fortalecer as suas fronteiras com: Paquistão, China, Nepal, Butão, Bangladesh e Myanmar.

1. **Segurança Interna**

- Garantir a Lei e a Ordem.

---- xxxx ----